

Relatório de Governança

2025



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO – BIÊNIO 2025/2026

ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR

Presidente, Gestor de Governança e de Metas e Organizador de Despesas

CARLOS AUGUSTO GOMES LÔBO

Vice-Presidente e Corregedor Regional

CATALOGAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Secretaria-Geral da Presidência

Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

IMAGENS

Secretaria de Comunicação Social e Eventos Sociais

RELATÓRIO DE GOVERNANÇA 2025

1ª Edição - janeiro/2026

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

Rua Almirante Barroso, 600 – Mocambo

76801-901 – Porto Velho-RO

(69) 3218-6363

www.trt14.jus.br

sgp@trt14.jus.br e seggest@trt14.jus.br



Mensagem do Presidente

Desembargador Ilson Alves Pequeno Junior

A *polis*, segundo o pensamento aristotélico, só se justifica enquanto espaço de realização da Justiça. E nela - Justiça - se harmonizam o indivíduo, a coletividade e o bem comum. É sob esse espírito que se arvora, diuturnamente, a missão do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região.

Sabe-se que a função jurisdicional não se satisfaz com a mera aplicação formal da lei, a exigir, como advertia Norberto Bobbio, uma Justiça que seja simultaneamente efetiva, legítima e socialmente responsiva.

Imbuídos, portanto, deste elevado senso de responsabilidade institucional, cientes de que a função jurisdicional, especialmente no âmbito da Justiça do Trabalho, consiste em atividade constitucionalmente orientada à pacificação social, à efetividade dos direitos fundamentais e ao fortalecimento da cidadania, é que se apresenta, nas linhas seguintes, o *Relatório de Governança de 2025* do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC). Este documento é uma síntese das iniciativas mais relevantes que foram implementadas ao longo do ano, alinhadas às diretrizes da gestão que se buscou construir para o biênio 2025/2026.

Longe de serem fragmentos dissociados e incomunicáveis, as ações apresentadas cimentam, de forma coerente e uniforme, um verdadeiro edifício ético-administrativo, pautado pelas máximas da eficiência, transparência e racionalidade administrativas - valores sem os quais o Poder Judiciário perde sua razão de ser.

A valorização das pessoas, a modernização da gestão judiciária e administrativa, o investimento em inovação e a incorporação da sustentabilidade como princípio transversal constituem pilares que sustentam uma atuação responsável e alinhada às melhores práticas do Judiciário brasileiro.

Por isso, logo de partida, reafirma-se o compromisso com a valorização do capital humano. O projeto de equalização da carga de trabalho, que promoveu a simetria na produtividade e eliminou as discrepâncias entre as unidades judiciárias, é um exemplo concreto do investimento do Tribunal no aprimoramento contínuo das capacidades e potencialidades de servidores e servidoras.

A sustentabilidade assumiu posição central na atuação institucional, ao incorporar, no espectro regional, as diretrizes globais consagradas pela Agenda 2030 das Nações Unidas, especialmente aquelas voltadas à denominada Agenda Verde. Inserido no bioma amazônico, o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região reafirma sua responsabilidade histórica e ambiental ao alinhar a gestão pública às exigências contemporâneas de preservação ecológica e desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, os investimentos robustos direcionados à transição energética, com a implantação de sistemas de energia fotovoltaica em todas as unidades do interior até dezembro de 2026, traduzem o compromisso concreto da instituição com a redução de impactos ambientais, a racionalização do uso de recursos públicos e a integração entre Justiça, sustentabilidade e responsabilidade intergeracional.



Mensagem do Presidente

Desembargador Ilson Alves Pequeno Junior

E, claro, o reconhecimento nacional obtido por esta Corte, expresso em distinções como o Selo Diamante do Prêmio CNJ de Qualidade, materializa, na insígnia, o esforço e o comprometimento de magistrados(as), servidores(as), estagiários(as), aprendizes e colaboradores(as) com a virtude Justiça. A eles(as) fica, por esta humilde pena, o registro de agradecimento e o sentimento de admiração.

Decerto, a premiação não deve ser compreendida como ponto de chegada, mas como estímulo à continuidade do aprimoramento institucional. Recordar-se, a propósito, a advertência de Santo Agostinho: “a esperança tem duas filhas belas: a indignação e a coragem”. Indignação diante do que ainda precisa ser transformado; coragem para promover as mudanças necessárias.

Este relatório — e tudo o que ele expressa, tanto no plano explícito quanto em suas vicissitudes implícitas — não se limita à apresentação sistematizada de resultados, mas se projeta como um convite à reflexão crítica e à ação pública responsável. Constitui-se como expressão de um processo coletivo, edificado pela atuação convergente de magistrados(as), servidores(as), estagiários(as), aprendizes e colaboradores(as), orientado por um propósito comum e por valores institucionais compartilhados.

À maneira do ensinamento literário de Gabriel García Márquez, segundo o qual *as obras verdadeiramente duradouras não se encerram em si mesmas, mas continuam a produzir sentido no tempo*, este documento reflete a compreensão de que a função jurisdicional somente se realiza plenamente quando vinculada ao bem comum e à responsabilidade institucional. Que esta Corte, enraizada no território amazônico e atenta às complexidades sociais e regionais que o caracterizam, possa prosseguir de forma firme e consistente na consolidação de uma Justiça do Trabalho moderna, acessível e socialmente comprometida, apta a honrar sua missão constitucional e a responder, com eficiência, legitimidade e sensibilidade institucional, às expectativas da sociedade dos Estados de Rondônia e do Acre.



Nossa Liderança

Quem somos

ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR

Presidente, Gestor de Governança e de Metas e Organizador de Despesas

CARLOS AUGUSTO GOMES LÔBO

Vice-Presidente e Corregedor
Regional

FERNANDA ANTUNES M. JUNQUEIRA

Juíza Auxiliar da Presidência/Precatórios

ANTONIO CÉSAR COELHO DE MEDEIROS PEREIRA

Juiz Auxiliar da Presidência/Corregedoria

CELSO ANTONIO BOTÃO C. JÚNIOR

Juiz Auxiliar de Execução

JOÃO BOSCO MACHADO DE MIRANDA

Secretário-Geral da Presidência

FRANK LUZ DE FREITAS

Diretor-Geral

ALESSANDRA FELIZARDO DE SOUSA

Secretária-Geral Judiciária

Sumário

MENSAGEM DO PRESIDENTE	3	CAPÍTULO 3	39
INTRODUÇÃO	6	- Perspectiva Governança Administrativa	
QUEM SOMOS	8	CAPÍTULO 4	54
- COMPETÊNCIAS		- Perspectiva Sustentabilidade	
- JURISDIÇÃO		CAPÍTULO 5	71
- IDENTIDADE ORGANIZACIONAL		- Perspectiva Saúde e Qualidade de Vida	
- COMO FUNCIONAMOS		CAPÍTULO 6	80
- DIRETRIZES DA GESTÃO 2025-2026		- Perspectiva Cultura de Inovação	
- PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE		HOMENAGENS	93
CAPÍTULO 1	14		
- Perspectiva Pessoas			
CAPÍTULO 2	23		
- Perspectiva Governança Judiciária			

Introdução

Este documento apresenta o Relatório de Gestão do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14) referente ao ano de 2025, o qual não apenas cumpre o dever de prestar contas, mas também reflete a materialização do Planejamento Estratégico 2021/2026 e a concretização das Diretrizes da Gestão estabelecidas para o biênio 2025/2026, conforme aprovado pela Portaria Conjunta PRE-COR nº 0001/2025 e alterada pela Portaria Conjunta PRE-COR nº 0007/2025.

A nova administração, empossada com o firme propósito de fortalecer a prestação jurisdicional e administrativa, delineou sua atuação sob uma visão de futuro que busca a excelência e a efetividade.

O discurso de posse da nova gestão já anunciava o tom e a direção a serem seguidos, a destacar a inovação como eixo estruturante para a alteração da cultura organizacional e a capacitação de magistrados(as) e servidores(as). Além disso, o compromisso com a sustentabilidade ambiental e a otimização de custos também foram sublinhados como prioridades.

Tais diretrizes iniciais, que visavam o fortalecimento jurisdicional e administrativo, a reestruturação e a inovação tecnológica, serviram como o ponto de partida para a consolidação de uma estrutura de gestão mais robusta e focada.

Dessa forma, as diretrizes iniciais foram traduzidas e agrupadas em cinco pilares estratégicos, que se tornaram o alicerce de todas as ações e projetos desenvolvidos ao longo do ano de 2025. Essa transição demonstra a evolução de um propósito inicial para um modelo de gestão pragmático e mensurável, alinhado às necessidades da Justiça do Trabalho e da sociedade. Os pilares representam a síntese do compromisso da gestão com a melhoria contínua e a entrega de valor público.

O primeiro pilar, **Potencializar a Gestão de Pessoas**, incorpora a ênfase inicial na capacitação e no engajamento, ampliando-a para uma abordagem estratégica voltada à otimização de processos, instrumentos e práticas de gestão, com vistas à plena valorização e ao aproveitamento do potencial da força de trabalho. Tal eixo parte do reconhecimento de que o êxito institucional está intrinsecamente associado ao desenvolvimento contínuo, à produtividade qualificada e ao comprometimento de seus integrantes, fomentando um ambiente organizacional que reconhece o capital humano como elemento estruturante e força motriz da prestação jurisdicional.

Introdução

Em consonância com a busca por reestruturação e aprimoramento administrativo, o pilar **Transformar a Gestão Judiciária e administrativa e modernizar a governança** concentra os esforços para implementar mudanças significativas. Isso inclui a modernização dos processos judiciais e administrativos, o aprimoramento da comunicação interna e externa e a otimização da gestão orçamentária, visando à eficiência, à transparência e à excelência na prestação de serviços à sociedade.

Ademais, o pilar **Promover o trabalho decente e a sustentabilidade** abraça o compromisso anunciado com a Agenda 2030 da ONU e a sustentabilidade ambiental, expandindo-o para um compromisso mais amplo com o progresso social. Este pilar orienta as ações para que o Tribunal contribua ativamente para um futuro em que as gerações atuais e futuras possam prosperar, a equilibrar o desempenho institucional com a responsabilidade socioambiental.

O quarto pilar, **Enfrentar o desafio de alcançar resultados com saúde e qualidade de vida no trabalho**, é uma resposta direta à necessidade de integrar o cumprimento de metas com o bem-estar dos(as) colaboradores(as). Ele estabelece estratégias e práticas que promovem um ambiente de trabalho saudável, reconhecendo que a alta performance é indissociável da qualidade de vida no trabalho.

Por fim, o pilar **Fomentar a cultura da inovação** consolida o "eixo estruturante da inovação" do discurso de posse, focando na criação de um ambiente organizacional que encoraja a exploração criativa e a aplicação estratégica de novas tecnologias, como a Inteligência Artificial (IA), para resolver problemas e melhorar processos. Este pilar é crucial para a modernização e a competitividade do TRT14 no cenário do Poder Judiciário.

Convidamos a todos a prosseguir na leitura deste Relatório de Governança, cujos capítulos subsequentes estão estruturados conforme esses cinco pilares. Neles, foram detalhadas as ações, os indicadores e os resultados que comprovam o compromisso com uma gestão estratégica, inovadora e profundamente humana.

Boa leitura!

QUEM SOMOS

COMPETÊNCIAS (o que fazemos)

A Justiça do Trabalho (JT) é responsável por resolver conflitos entre trabalhadores e empregadores. Isso inclui ações judiciais, questões relacionadas ao contrato de trabalho e o cumprimento de decisões judiciais, individuais ou coletivas. Essa justiça especializada é composta por três instâncias:

INSTÂNCIA SUPERIOR

Tribunal Superior do Trabalho (TST), responsável por unificar as decisões trabalhistas em nível nacional

2º GRAU

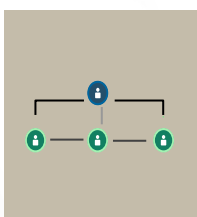
Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), com 24 tribunais em todo o país, compostos por Desembargadores(as)

1º GRAU

Varas do Trabalho, onde atuam os (as) Juízes(as) do Trabalho

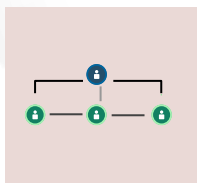
JURISDIÇÃO (onde atuamos)

A jurisdição do TRT14 abrange os Estados de Rondônia e do Acre, que juntos possuem 74 municípios, compreendendo uma área territorial de cerca de 400 mil km² e uma população projetada de 2,6 milhões de habitantes. Todo este território está sob a cobertura jurisdicional de três polos regionais com 32 Varas do Trabalho, distribuídas geograficamente em 20 municípios.



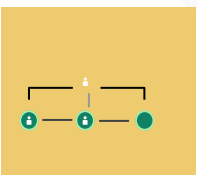
POLO REGIONAL PORTO VELHO

1ª a 8ª Varas do Trabalho de Porto Velho, 1ª e 2ª Varas de Ariquemes, Buritis, Guajará-Mirim e Machadinho d'Oeste



POLO REGIONAL RIO BRANCO

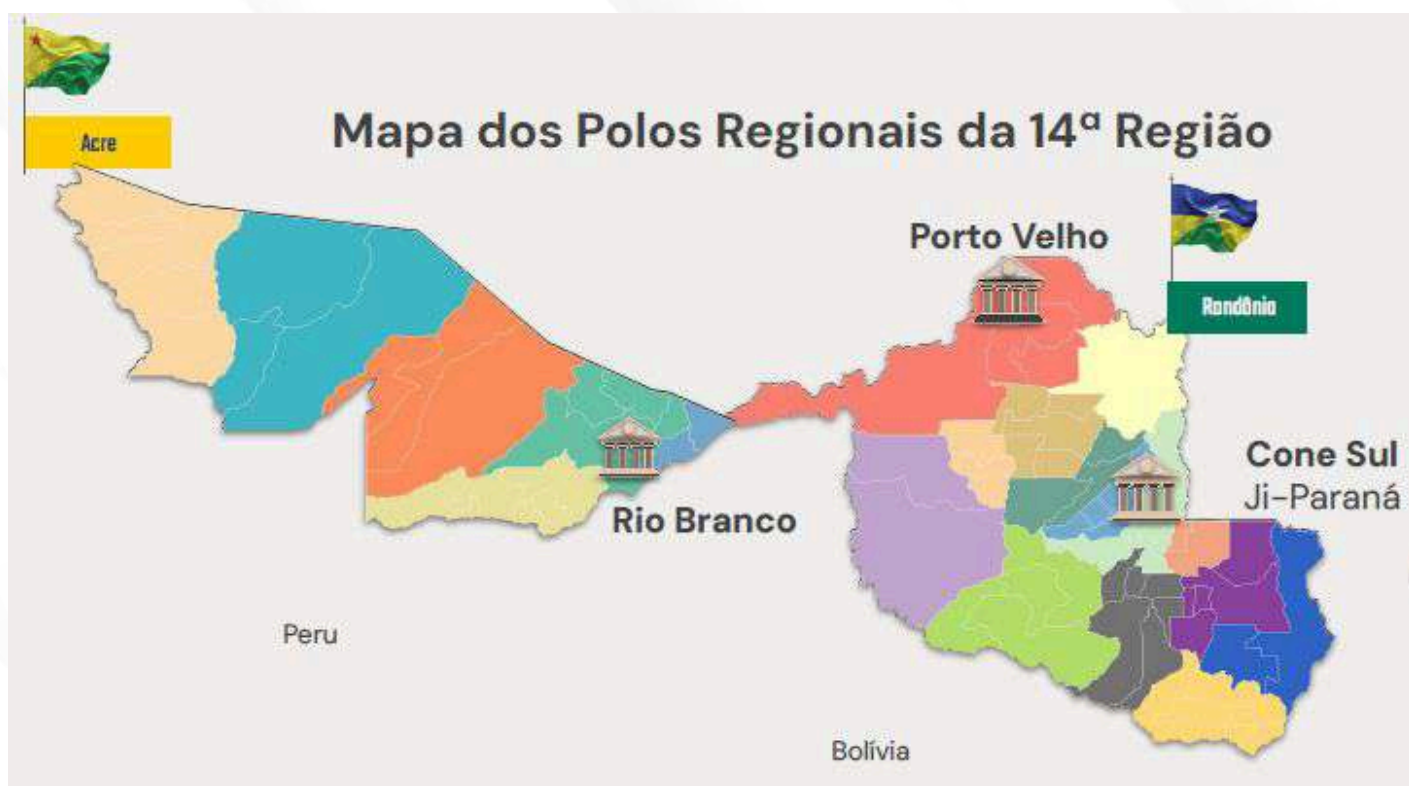
1ª a 4ª Varas do Trabalho de Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Feijó, Epitaciolândia, Sena Madureira e Plácido de Castro



POLO REGIONAL CONE SUL

1ª e 2ª Varas do Trabalho de Ji-Paraná, Jarú, Ouro Preto do Oeste, São Miguel do Guaporé, Rolim de Moura, Cacoal, Pimenta Bueno, Colorado do Oeste e Vilhena

QUEM SOMOS



IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

As atividades do TRT14 são fundamentadas no cumprimento das atribuições e diretrizes estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em seu Regimento Interno e em seu Plano Estratégico 2021/2026, bem como em seus planos táticos e operacionais, pelos quais estão definidas a missão e a visão de futuro que o Tribunal se empenha em alcançar, sempre orientado por seus valores.

MISSÃO: Realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, com celeridade e efetividade, promovendo a paz social e o fortalecimento da cidadania

VISÃO: Consolidar-se perante a sociedade como referência de credibilidade na prestação jurisdicional

VALORES: Ética | Acessibilidade | Agilidade | Eficiência | Transparência | Inovação | Valorização das pessoas | Sustentabilidade | Efetividade | Comprometimento e engajamento | Segurança jurídica | Respeito à diversidade

QUEM SOMOS

COMO FUNCIONAMOS

A direção atual do TRT14 é exercida pelo Presidente, que também exerce a função de Gestor de Metas e de Governança e Ordenador de Despesas, pelo Vice-Presidente, que acumula a função de Corregedor Regional, cujas atribuições são definidas no Regimento Interno. Além desses, outros(as) Desembargadores(as) também são eleitos para o exercício de funções administrativas, como o(a) Diretor(a) da Escola Judicial (EJUD) e o(a) Ouvidor(a)-Geral.

COMPOSIÇÃO

O 2ª grau é composto por três órgãos colegiados, o Tribunal Pleno e duas Turmas de Julgamento, e oito Gabinetes de Desembargadores(as).

Desembargadores(as):



Ilson Alves
Pequeno Junior-
Presidente e
Gestor de
Governança de
Metas e
Ordenador de
Despesas



Carlos Augusto
Gomes Lôbo -
Vice-Presidente e
Corregedor



Socorro
Guimarães -
desembargadora
do Trabalho



Maria Cesarineide
de Souza Lima -
desembargadora
do Trabalho



Vania Maria da
Rocha Abensur -
desembargadora
do Trabalho



Francisco José
Pinheiro Cruz -
desembargador
do Trabalho



Shikou Sadahiro -
desembargador
do Trabalho



Vago

O 1º grau é composto por 32 Varas do Trabalho e 57 Juízes e Juízas do Trabalho.

NOSSO PLANEJAMENTO

DIRETRIZES DA GESTÃO PARA O BIÊNIO 2025/2026

O Plano de Diretrizes da Gestão para o biênio 2025/2026, elaborado pela atual administração em processo democrático de escuta ativa, o qual foi ajustado durante a 3ª Reunião de Análise da Estratégia, em outubro de 2025, representa um importante instrumento de gestão e de desdobramento do plano estratégico vigente.

De acordo com a Portaria Conjunta PRE-COR nº 0001/2025, alterada pela Portaria Conjunta PRE-COR nº 0007/2025, são diretrizes da Gestão:

Potencializar a Gestão de Pessoas

Consiste em otimizar processos, ferramentas e estratégias para maximizar o potencial da força de trabalho, promovendo engajamento, desenvolvimento e produtividade.

Transformar a Gestão Judiciária e administrativa e modernizar a governança

Implementar mudanças significativas na Justiça do Trabalho, modernizando a administração e os processos judiciais, aprimorando a comunicação interna e externa e otimizando a gestão orçamentária para otimizar a eficiência, transparência e a prestação de serviços à sociedade.

Promover o trabalho decente e a sustentabilidade

É um compromisso com o progresso social e a preservação do planeta, para que as gerações atuais e futuras possam prosperar.

Enfrentar o desafio de alcançar resultados com saúde e qualidade de vida no trabalho

Definir estratégias e práticas que promovam um ambiente de trabalho que valorize tanto o cumprimento de metas quanto o bem-estar das pessoas, buscando a integração harmoniosa entre ambos.

Fomentar a cultura da inovação

Criar um ambiente organizacional no Tribunal que encoraja, suporta e celebra a exploração criativa e a aplicação estratégica da IA para resolver problemas e melhorar processos.

O presente Relatório de Gestão apresenta os resultados do primeiro ano de execução do Plano de Diretrizes - o principal desafio é transformar o plano em realidade, superando as dificuldades e garantindo que os objetivos sejam alcançados dentro do prazo e com os recursos disponíveis.

Prêmio CNJ de Qualidade

TRT14 conquista o **Selo Diamante** do CNJ pela 3ª vez e se consolida como referência nacional

O reconhecimento foi anunciado durante o 19º Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Florianópolis (SC)



O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC) foi agraciado com o **Selo Diamante 2025** do Prêmio CNJ de Qualidade, alta honraria concedida pelo Conselho Nacional de Justiça. Esta é a terceira vez que o TRT14 recebe a honraria, consolidando sua posição como referência em gestão e inovação no Judiciário brasileiro.



Prêmio CNJ de Qualidade

A premiação, anunciada durante o 19º Encontro Nacional do Poder Judiciário em Florianópolis/SC, avalia tribunais em critérios como governança, produtividade, transparência e eficiência administrativa.

O Selo Diamante é concedido aos tribunais brasileiros que se destacam em todas as áreas, reafirmando o compromisso do TRT14 com uma Justiça do Trabalho moderna e acessível.



Confira a matéria completa pelo QR Code



A conquista reflete o planejamento estratégico do Tribunal, a inovação e o trabalho em equipe, resultando em serviços eficientes e de qualidade para a população de Rondônia e Acre.

O TRT14, que já havia recebido o Selo Diamante em 2022 e 2024, demonstra um compromisso contínuo com a melhoria da prestação jurisdicional e a garantia dos direitos sociais.



Capítulo 1



Perspectiva

Pessoas





Capítulo 1

Perspectiva Pessoas

Este capítulo aborda a diretriz "Potencializar a Gestão de Pessoas", focada em otimizar processos, ferramentas e estratégias, visando maximizar o potencial da força de trabalho, impulsionar o engajamento, o desenvolvimento e a produtividade. Essa diretriz transcende a gestão de pessoas, atuando como um pilar fundamental para o sucesso de todas as iniciativas e projetos do Tribunal.

A interconexão da Gestão de Pessoas com as demais diretrizes é essencial para alcançar resultados concretos. Um exemplo claro é o Projeto de Equalização da Força e da Carga de Trabalho. Embora o objetivo principal seja a simetria na distribuição de processos e a otimização da administração judicial, o benefício operacional mais significativo é a redução da sobrecarga de trabalho e das disparidades entre as unidades judiciárias. Esses fatores, reconhecidos como causas de desengajamento e *burnout*, impactam diretamente a força de trabalho.

Assim, a otimização da governança, impulsionada por projetos como este, se traduz em uma ferramenta poderosa para maximizar o potencial individual e coletivo.

A Gestão de Pessoas, portanto, adota uma abordagem sistêmica e integrada, criando as condições ideais para que as demais áreas do Tribunal operem em sua plenitude. Projetos estratégicos previstos para o biênio 2025/2026, como a reestruturação organizacional, atividades de capacitação e de aperfeiçoamento, e campanhas educativas de prevenção ao assédio e reconhecimento da força de trabalho, visam construir um ambiente organizacional saudável e propício ao alto desempenho.

A seguir, apresenta-se um panorama das ações realizadas em 2025, destacando seus impactos significativos e mensuráveis no contexto organizacional, demonstrando o compromisso do Tribunal com a valorização e o desenvolvimento da força de trabalho.

Nosso maior patrimônio: **as pessoas**

Confira a matéria completa pelo QR Code



Potencializar a gestão de pessoas é uma das diretrizes da atual gestão.



Assim, o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região empossou, ao longo do ano, novos servidores e servidoras. A nomeação e a posse de novos membros foram ações fundamentais de gestão de pessoas, pois visam ao reforço imediato do quadro funcional.

A chegada desses profissionais é vital para a manutenção da capacidade operacional do Tribunal. A reposição de pessoal e o preenchimento de vagas essenciais são etapas diretas na otimização da força de trabalho, ajudando a garantir a distribuição de tarefas e fornecendo o suporte necessário para que o TRT-14 cumpra suas metas institucionais com eficiência e qualidade.

Foco na Qualificação profissional



Confira a matéria completa pelo QR Code



Uma das dezenas de oportunidades de treinamento e cursos de qualificação, disponibilizados diretamente pelo Tribunal e/ou Escola Judicial, bem como aqueles disponibilizados por terceiros, foi o curso de qualificação para seus(suas) servidores(as), focado em obrigações fiscais complexas, como eSocial, EFD-Reinf e SIGEP-JT. O investimento em treinamento visa aprimorar o conhecimento técnico da equipe, o que é crucial para garantir a precisão no cumprimento das obrigações e a eficiência na gestão administrativa do Tribunal.

Esta é uma ação clássica de desenvolvimento pessoal, mas que possui uma implicação direta na modernização da governança. Ao garantir que os(as) servidores(as) dominem as ferramentas de compliance fiscal, o Tribunal reduz os riscos de não conformidade, assegura a transparência na gestão orçamentária e otimiza o uso dos recursos públicos.

Capacitação para a Polícia Judicial



Capacitação promovida pela Escola Judicial envolve atividades práticas e atualização técnica de servidores em RO e AC

A iniciativa reflete o compromisso do TRT14 em assegurar um ambiente institucional cada vez mais seguro, eficiente e preparado para atender às demandas da sociedade, e reafirma o compromisso com a valorização profissional e o contínuo aperfeiçoamento dos policiais responsáveis pela preservação da integridade das pessoas, instalações e atividades do Tribunal.



Reativação da Gestão de **Pessoas por Competências**

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região reativou o Programa de Gestão de Pessoas por Competências, conforme a Portaria GP nº 0323/2025.

A iniciativa, que busca fortalecer a gestão de capital humano, alinha-se ao plano estratégico do Tribunal e busca aprimorar o desempenho institucional.

A iniciativa também abre caminho para a modernização da gestão de pessoas, com foco na avaliação por competências e no desenvolvimento de servidores(as) e magistrados(as).

A principal finalidade da medida é otimizar o desenvolvimento profissional dos servidores, adequando suas competências às necessidades do Tribunal.

A criação de um Comitê Gestor e de um Grupo de Trabalho demonstra o compromisso da administração em implementar e monitorar as ações do programa, garantindo a melhoria contínua e o alinhamento com as diretrizes do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).



Regulamentação do Teletrabalho tem novas regras

Confira a regulamentação completa pelo QR Code



A Portaria GP nº 0892, de 9 de julho de 2025, publicada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, estabelece novas regras para o teletrabalho, trabalho híbrido e trabalho remoto, visando aprimorar a gestão e a eficiência dos serviços.



Imagem da internet

A regulamentação define os conceitos de cada modalidade, estabelecendo critérios para a sua concessão e funcionamento.

A principal finalidade da portaria é regulamentar as modalidades de trabalho, buscando aprimorar a produtividade, a qualidade de vida dos(as) servidores(as) e a eficiência dos serviços prestados.

A portaria busca estabelecer metas de desempenho, garantir o cumprimento da jornada de trabalho e definir responsabilidades para gestores(as) e servidores(as).

A portaria também visa promover a cultura orientada a resultados, o desenvolvimento de talentos e a melhoria da qualidade de vida dos(as) servidores(as), sempre buscando aprimorar a entrega de serviços à sociedade.

TRT14 Implementa Sistema para Controle de Teletrabalho

O Tribunal publicou a Portaria GP nº 1450/2025, que estabelece diretrizes e regulamenta o uso do Sistema de Gestão do Teletrabalho (GESTRAB).

A medida visa aprimorar o controle e a gestão das atividades realizadas sob regime de teletrabalho, buscando maior eficiência e transparência. A portaria se baseia na Resolução Administrativa nº 059/2025, que trata dos regimes de teletrabalho, trabalho híbrido e remoto no âmbito do tribunal.

A finalidade da regulamentação é padronizar os procedimentos para o uso do GESTRAB, que inclui o preenchimento de Planos de Trabalho e Relatórios Mensais. Esses documentos deverão conter metas de desempenho, vinculadas a atividades específicas e quantificáveis, além de justificar eventuais descumprimentos. A iniciativa busca garantir o cumprimento das metas estabelecidas e a avaliação do desempenho dos(as) servidores(as).

Confira a regulamentação completa pelo QR Code



Potencialização do Sistema de Precedentes

Confira a matéria completa pelo QR code



Ações que tiveram como objetivo implementar mudanças significativas na Justiça do Trabalho, modernizando os processos judiciais, para otimizar a eficiência, transparência e a prestação de serviços à sociedade foram o foco da gestão no ano de 2025.



Desta forma, o Tribunal, por meio da Escola Judicial, promoveu um curso intensivo para magistrados(as) e servidores(as) sobre o Sistema de Precedentes Trabalhistas.

O treinamento foi fundamental para a efetiva implementação do novo modelo processual, assegurando a correta aplicação da jurisprudência e, conseqüentemente, a uniformidade das decisões.

O principal resultado alcançado com a ação foi a capacitação da força de trabalho em Precedentes, garantindo a segurança jurídica e uniformidade na Justiça do Trabalho da 14ª Região, essenciais para a celeridade e eficiência.

Confira a matéria completa pelo QR code



38º Encontro de Magistrados(as) da Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, por meio da Escola Judicial, realizou o 38º Encontro de Magistrados(as) da Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre.



“Este evento anual mostra-se essencial para a manutenção da governança judiciária, pois proporciona um espaço para a discussão de temas relevantes, o alinhamento de jurisprudência e o planejamento de ações futuras entre os juízes”.



Des. Ilson Alves Pequeno Junior

A organização e a promoção desse encontro refletem o investimento contínuo na capacitação e na integração do corpo de magistrados(as). A realização regular de eventos de alinhamento estratégico é fundamental para garantir a coerência e a modernização da administração da justiça.

Encontro de Gestores 2025:

inovação, sustentabilidade e integração

Confira a matéria completa pelo QR code



O foco foi criar um ambiente organizacional que encoraja, suporta e celebra a exploração criativa e a aplicação estratégica da IA para resolver problemas e melhorar processos.



O Encontro de Gestores 2025 do TRT14 foi realizado com o objetivo de alinhar as lideranças do Tribunal, reforçando os conceitos e as metas relativas à inovação, sustentabilidade e integração. Tal evento é uma ferramenta essencial de governança e gestão administrativa, garantindo que os objetivos estratégicos sejam compreendidos e incorporados por todos os níveis gerenciais.

O foco na integração é particularmente importante para que as diferentes áreas administrativas e judiciárias trabalhem em sinergia, um requisito para a otimização da eficiência e a modernização dos processos. Ao incluir a inovação, o Tribunal prepara seus(suas) gestores(as) para a adoção de novas tecnologias e práticas.

O principal resultado alcançado com a ação é a integração estratégica dos gestores e alinhamento das lideranças com os temas prioritários de inovação, sustentabilidade e modernização da governança.

Substituições de Servidores

O Tribunal publicou a Portaria GP nº 0675/2025, que altera o anexo único da Portaria GP nº 1057/2016, que regulamenta a substituição de servidores, ocupantes de cargos em comissão e funções comissionadas. A medida perscruta adequar a regulamentação às mudanças na estrutura administrativa e funcional do tribunal, promovidas pela Resolução Administrativa nº 031/2025

A principal finalidade da atualização é otimizar a eficiência operacional e a gestão de pessoas.

Confira a regulamentação completa pelo QR code





O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região realizou uma programação especial na sede em Porto Velho para celebrar o Dia do Servidor Público, com o propósito de reconhecer, valorizar e promover a convivência entre os(as) colaboradores(as). A Presidência do Tribunal, por meio do Desembargador Ilson Alves Pequeno Junior e da Desembargadora Vania Abensur, destacaram o papel insubstituível dos(as) servidores(as) em todas as conquistas recentes da instituição.

Confira a matéria completa pelo QR code



Celebração do Dia do Servidor Público

O comprometimento da equipe revelou-se determinante para a obtenção, pela terceira vez, do Selo Diamante, bem como para os reconhecimentos de alcance nacional nas áreas de excelência em gestão, evolução tecnológica, inovação, execução trabalhista e promoção da equidade. A celebração institucional, marcada por apresentações culturais e momento de convivência, contribuiu para o fortalecimento do senso de pertencimento e de missão dos(as) servidores(as), evidenciando o orgulho em servir à sociedade com respeito, responsabilidade e eficiência.

Nesse contexto, a iniciativa atuou como importante fator de fortalecimento da moral e da motivação internas, ao explicitar o reconhecimento de que o empenho coletivo dos servidores e servidoras constitui o principal vetor das conquistas institucionais alcançadas, entre as quais se destacam o Selo Diamante e os expressivos



Nova regulamentação visa aprimorar a integração de **novos servidores**

Confira a
regulamentação
completa pelo QR
code



O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14) publicou a Portaria GP nº 0191/2025, que restabelece o **"Programa de Ambientação e Formação Inicial"** para os novos servidores.

A iniciativa, em consonância com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), busca otimizar a integração dos(as) novos(as) servidores(as) à estrutura e aos objetivos do Tribunal.



Consignado

Tribunal regulamenta consignações em folha de pagamento

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região publicou a Portaria GP nº 1442, de 4 de novembro de 2025, que estabelece novas regras para as consignações em folha de pagamento de magistrados(as), servidores(as) ativos e inativos, e pensionistas.

A medida visa consolidar e atualizar as normas internas sobre o tema, alinhando-as às resoluções do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

A principal finalidade da regulamentação é organizar e padronizar os descontos e consignações, garantindo a transparência e segurança nas operações financeiras.

A principal finalidade do programa é promover o alinhamento dos(as) servidores(as) recém-chegados(as) com as estratégias e planos do TRT14.

O programa abrangerá nomeados para cargos efetivos, comissionados e funções comissionadas, oferecendo uma ambientação funcional que abordará direitos e deveres, estrutura organizacional, e fomentará a responsabilidade socioambiental.

A formação inicial, por sua vez, integrará conhecimentos acadêmicos com as competências necessárias para o exercício da função.

Espera-se que a regulamentação fortaleça a identidade institucional, facilite a adaptação dos novos servidores e promova a troca de conhecimento. O programa inclui cursos, aulas virtuais e cartilhas informativas, visando uma ambientação eficaz e um desenvolvimento profissional consistente, preparando os servidores para os desafios da Justiça do Trabalho.

A portaria define o que são descontos e consignações, estabelece prioridades, limites e condições para a inclusão e exclusão de valores, além de determinar as responsabilidades dos consignatários e do Tribunal.

Confira a
regulamentação
completa pelo QR
code



Capítulo 2



Perspectiva

Governança Judiciária





Capítulo 2

Perspectiva

Governança Judiciária

Este capítulo aborda o compromisso do TRT da 14ª Região com a modernização da gestão judiciária, alinhado ao plano de diretrizes para o biênio 2025/2026. A atual gestão implementou mudanças significativas, com foco na eficiência e na melhoria da prestação jurisdicional.

O Projeto de Equalização da Força e Carga de Trabalho foi fundamental para otimizar a produtividade e reduzir o tempo de tramitação dos processos, a beneficiar o(a) jurisdicionado(a).

As ações do TRT14 estão alinhadas com as diretrizes nacionais, como a realização das recomendações da correição ordinária da CGJT, a busca pelo Prêmio CNJ de Qualidade e a adesão às estratégias dos órgãos superiores. A complexidade geográfica da região amazônica reforça a necessidade de soluções inovadoras.

O Tribunal demonstra protagonismo na eficiência judicial, reforçando sua credibilidade. O destaque principal é a correlação entre eficiência operacional e bem-estar da força de trabalho, exemplificada pelo Projeto de Equalização, reconhecido nacionalmente.

Essa iniciativa visa promover a isonomia, preservar a saúde dos(as) magistrados(as) e servidores(as), e garantir um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo, alcançando a sustentabilidade laboral.



Equalização

Confira a matéria completa pelo QR code



A transformação da gestão judiciária e a modernização da governança impõem-se não apenas como metas administrativas, mas como imperativos para a implementação de mudanças significativas na Justiça do Trabalho de Rondônia e do Acre.



Nesse cenário, a eficiência interna conecta-se diretamente à entrega de valor público. O relatório correicional evidenciou a necessidade premente de expandir o acesso à Justiça, utilizando ferramentas como os Pontos de Inclusão Digital (PIDs) e as Varas Itinerantes para superar barreiras geográficas e garantir a sustentabilidade social do serviço jurisdicional. Contudo, para viabilizar essa capilaridade externa e corrigir distorções históricas, foi necessário revisar a própria estrutura de funcionamento interno do Tribunal.

Dadas as singularidades territoriais da Amazônia, que exigem soluções distantes dos modelos estáticos tradicionais, a correição ordinária realizada em janeiro de 2025 pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) representou um marco decisivo. Sob a condução do então Corregedor-Geral, Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, o processo transcendeu a natureza meramente fiscalizatória para se consolidar como uma atividade de alta governança, focada na auditoria estratégica e no aprimoramento contínuo da administração do Tribunal.

Confira mais detalhes pelo QR code



Foi nesse contexto que ganhou destaque o **Projeto de Equalização**, uma iniciativa acolhida e endossada pelo Ministro, que a classificou como inédita e dotada de alto potencial para otimizar a prestação jurisdicional na região.



O cerne dessa modernização reside na ruptura com a lógica rígida de competência territorial que, historicamente, gerava graves desequilíbrios na carga de trabalho. O **Projeto de Equalização** implementou uma intervenção estruturante baseada na centralização e racionalização de fluxos, garantindo que a capacidade produtiva do Tribunal passasse a operar de maneira sistêmica.

A efetividade dessa mudança de paradigma não reside apenas em argumentos teóricos, mas é sustentada por indicadores estatísticos robustos que comprovam uma transformação profunda na realidade operacional.



Confira mais detalhes
pelo QR code



Para além da frieza dos números, o projeto aborda uma dimensão humana crucial: a isonomia na distribuição da carga de trabalho. Ao mitigar os riscos de sobrecarga em unidades específicas, a equalização atua como uma ferramenta preventiva de saúde ocupacional, preservando o bem-estar físico e mental das equipes e assegurando que a alta performance institucional não seja obtida ao custo do esgotamento dos(as) colaboradores(as).

O acolhimento das propostas pela Corregedoria-Geral validou o esforço do TRT14 em desenvolver soluções endógenas, adaptadas às suas particularidades regionais. O relatório detalhado da correição, somado ao êxito estatisticamente comprovado do projeto, consolidou-se como um roteiro de trabalho definitivo e exitoso.

Processo participativo e democrático

Durante o projeto de **Equalização da Carga de Trabalho**, o Tribunal manteve canal de comunicação aberto com os(as) magistrados(as) e servidores(as), por intermédio das entidades das respectivas classes, com o Ministério Público do Trabalho e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, em Rondônia e no Acre.

Confira a matéria completa pelo QR code



O Tribunal dialogou com a sociedade jurídica local

O envolvimento da OAB foi uma demonstração de transparência e busca por consenso, reconhecendo que a comunidade jurídica é um *stakeholder* fundamental. A redistribuição da força de trabalho impacta diretamente a celeridade e a qualidade dos processos, aprimorando a comunicação e a governança externa do Tribunal.



primeiros resultados

Embora ainda se encontre em fase inicial de consolidação, o processo de equalização da carga de trabalho já apresenta evidências empíricas relevantes. Os dados preliminares de monitoramento indicam, por exemplo, uma redução expressiva das assimetrias entre as unidades, sinalizando impactos positivos na distribuição do esforço laboral e na racionalização da atividade jurisdicional.

No polo de jurisdição do Cone Sul, o Coeficiente de Variação (CV) — índice que mede a dispersão da carga de trabalho — **despencou de uma média de 81% no período pré-equalização para apenas 3%** após a implantação, demonstrando a eliminação quase total dos desequilíbrios extremos.

Simultaneamente, observou-se um incremento real na produtividade média de magistrados e servidores, refletido na redução de pendências de julgamento e na agilidade da baixa processual, especialmente no Fórum de Porto Velho.

Acesso à Justiça

O acesso do cidadão à Justiça do Trabalho é facilitado por meio dos Pontos de Inclusão Digital

Foco na interiorização e inovação

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC) está a implementar 26 Pontos de Inclusão Digital (PIDs) em municípios que não possuem Varas do Trabalho, conforme a Resolução CNJ nº 508/2023. Os PIDs são espaços equipados, resultado de um Termo de Cooperação Técnica, que permitem a realização de atos processuais por videoconferência, como depoimentos e audiências, e o acesso ao Balcão Virtual.

Essa iniciativa é classificada como inovação, pois utiliza a tecnologia e o Balcão Virtual para superar barreiras geográficas e de acesso digital, garantindo que o cidadão sem recursos tecnológicos adequados tenha atendimento. O impacto direto na sociedade e na garantia de direitos em locais remotos confere-lhe o tema secundário de Trabalho Decente e Sustentabilidade.

Com isso, o acesso do cidadão à Justiça do Trabalho é facilitado e ampliado, promovendo a inclusão digital em regiões distantes das sedes das Varas do Trabalho de Rondônia e do Acre.

Confira a matéria completa pelo QR code



O TRT14 possui PIDs instalados nas seguintes localidades:

Rondônia: Alto Paraíso, Campo Novo de Rondônia, Candeias do Jamari, Cujubim, Distrito de Extrema, Itapuã do Oeste, Mirante da Serra e Monte Negro.

Acre: Acrelândia, Assentamento Alcoolbrás, Assis Brasil, Brasileia, Bujari, CEJUC de Jordão, CEJUC de Marechal Thaumaturgo, CEJUC de Porto Walter, CRAS Santa Helena, CRAS Sobral, Escola de Gastronomia Miriam Assis Felício, Escola Heloísa Mourão Marques, Escola Henrique Lima, Escola Indígena Estirão do Caucho, Escola Profª Clícia Gadelha, Puyanawa, Santa Rosa do Purus (Câmara Municipal), CEJUC de Santa Rosa do Purus (TJ/AC), Tarauacá, Vila Campinas, Vila do INCRA, Xapuri (DPE/AC) e Xapuri (TJ/AC).

Gestão eficiente de Precatórios

Gestão eficiente do Juízo Auxiliar de Precatórios garante quitação histórica de precatórios e modernização do sistema de pagamentos



Em um marco para a eficiência jurisdicional, a gestão alcançou a quitação integral de todos os precatórios federais vencidos desde 2021, totalizando uma liberação histórica, em 2025, de mais de R\$ 131.736.000,00. Esse resultado é fruto de uma regularização total das Requisições de Pequeno Valor (RPVs), com o cumprimento rigoroso do prazo legal de 60 dias e a manutenção de uma média mensal de pagamentos superior a R\$ 10 milhões.

A expedição de aproximadamente 4.800 alvarás e a eliminação definitiva do passivo de pré-cadastros no sistema GPrec, apenas em 2025, demonstram um compromisso inédito com a celeridade, garantindo que os direitos dos cidadãos sejam atendidos com a agilidade que a lei exige.

Além do sucesso financeiro, a reestruturação completa das rotinas internas elevou o padrão de transparência e segurança por meio de soluções tecnológicas avançadas. A implementação do "Precatômetro" em *Power BI*, integrada aos sistemas GPrec e e-Gestão, permite agora o monitoramento em tempo real e o controle social direto sobre os pagamentos. Com o aprimoramento da Certidão de Pagamento Seguro e a mensuração qualificada dos atendimentos via sistemas SAU e Axios ASSYST, a instituição não apenas otimizou a auditabilidade dos processos, mas também transformou o atendimento ao público interno e externo, consolidando uma cultura de gestão baseada em dados e na excelência operacional.



Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - RPV

Confira a matéria completa escaneando o QR code



TRT14 e TJRO reforçam parceria na gestão de precatórios

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região e o Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) realizaram um encontro institucional para fortalecer a colaboração na área de gestão de precatórios. A gestão de precatórios é um desafio administrativo complexo que exige a coordenação entre diferentes ramos do Poder Judiciário.



A iniciativa visa a harmonização de procedimentos e o compartilhamento de boas práticas entre os tribunais. O reforço dessa parceria interinstitucional é um elemento central da moderna governança judiciária, que busca otimizar a gestão orçamentária e acelerar o cumprimento das obrigações do Estado perante os jurisdicionados.

O principal resultado alcançado com a ação é o fortalecimento da cooperação interinstitucional (TRT14 e TJRO) para otimizar e dar mais agilidade à gestão e pagamento de precatórios, melhorando a eficiência administrativa e o serviço prestado ao jurisdicionado.

TRT14 lança o “Precatômetro” e amplia transparência no pagamento de precatórios



O TRT14 lançou uma nova ferramenta de transparência ativa denominada "Precatômetro". Esse sistema é projetado para fornecer ao público informações atualizadas em tempo real sobre a fila de espera e o status de pagamento dos precatórios administrados pelo Tribunal.

Confira a matéria completa pelo QR code



Dinheiro no bolso!

O TRT14 fez o pagamento de um precatório considerado histórico, beneficiando mais de 1.500 servidores(as) municipais de Porto Velho. A conclusão da execução de passivos financeiros de grande volume é um indicativo robusto da eficiência na gestão de precatórios e da capacidade de execução do Tribunal.

Confira a matéria completa pelo QR code



Desse modo, a efetivação do pagamento de um precatório histórico, garante a satisfação de direito de credores e demonstrando a eficiência da Justiça do Trabalho da 14ª Região na gestão e execução de grandes passivos.

TRT14 conclui mutirão de expedição de precatórios e garante pagamento de R\$ 2 milhões a trabalhadores

O sucesso na conclusão do mutirão de precatórios, resultando na liberação de R\$ 2 milhões, é um indicador de alta eficiência na gestão da execução. A ação demonstra a capacidade institucional de mobilizar recursos para acelerar a entrega de créditos judiciais, cumprindo com a função final da jurisdição.

A execução célere e efetiva de precatórios é um marco de governança, pois envolve a coordenação de recursos e a superação de complexidades administrativas e orçamentárias. Mais do que um ato judicial, é a materialização do compromisso da Justiça do Trabalho com a dignidade dos(as) trabalhadores(as). A entrega desses valores após um longo período de espera tem um impacto socioeconômico significativo, reforçando a credibilidade da instituição.

Confira a matéria completa pelo QR code



Assis Prec

A Missão do Assis Prec é facilitar consultas sobre precatórios e reforçar a transparência na Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre.

Confira a matéria completa pelo QR code



A solução foi desenvolvida pela Secretaria de Precatórios em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic) e está disponível no portal institucional, na página da Secretaria de Precatórios, podendo ser acessada por dispositivos móveis ou computadores, 24 horas por dia.



Representado por uma arara azul — ave símbolo da região amazônica — o Assis Prec oferece um acesso descomplicado às principais informações relacionadas aos pagamentos de precatórios trabalhistas, com atendimento imediato e sem limitação de horários.

Pagamento de precatórios por **pix**

A utilização do Pix tem como principal objetivo otimizar o tempo entre a liberação e o efetivo recebimento dos valores, dispensando etapas intermediárias de compensação bancária e reduzindo possíveis inconsistências no processo de pagamento.

Confira a matéria completa pelo QR code



Conciliação

CEJUSC de 2º Grau atinge R\$3,3 milhões em acordos em 2025

Confira a matéria completa pelo QR code



O Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (CEJUSC) de 2º Grau do TRT14 alcançou a marca de R\$3,3 milhões em acordos em 2025, demonstrando o alto impacto da conciliação trabalhista na resolução de litígios.

O resultado expressivo demonstra a eficácia dos métodos consensuais como ferramenta de gestão judiciária. Além de desafogar o sistema, a resolução consensual de conflitos tem um efeito social positivo, garantindo que os valores devidos cheguem aos seus titulares rapidamente, alinhando-se à promoção do trabalho decente.



TRT14 homologa acordo de R\$ 37,5 milhões em ação que beneficia mais de 700 trabalhadores(as)

Confira a matéria completa pelo QR code



O TRT14 homologou um acordo judicial no valor de R\$ 37,5 milhões em créditos trabalhistas, beneficiando mais de 700 ex-empregados da Massa Falida Três Marias Transportes Ltda.

A conciliação encerra um litígio complexo que perdurava por quase uma década e envolveu a articulação entre a Juíza Auxiliar de Execução, em substituição na época, advogados(as) das partes e o Ministério Público do Trabalho.



TRT14 arrecada R\$ 98 milhões

A Justiça do Trabalho em Rondônia e Acre alcançou um resultado histórico na Semana Nacional da Execução Trabalhista 2025, que foi realizada entre 15 e 19 de setembro. O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC) arrecadou **R\$ 98.516.827,02**.

O tribunal ficou em 2º lugar entre os tribunais de pequeno porte, reafirmando a eficiência e a capacidade de entrega da Justiça do Trabalho da 14ª Região

Confira a matéria completa pelo QR code



Mutirão da Conciliação no TRT14 supera resultados de 2024 em acordos e audiências

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC) alcançou resultados expressivos durante a **20ª Semana Nacional da Conciliação** do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), realizada de 3 a 7 de novembro de 2025.

Ao todo, foram promovidas 1.209 audiências e homologados 310 acordos, o que representa um crescimento de 43,8% e 34,7%, respectivamente, em comparação à edição de 2024.

Confira a matéria completa pelo QR code



Em relação a 2024	
Audiências	Acordos homologados
43,8%	34,7%

Durante a semana, foram movimentados **R\$ 13.773.427,45**, dos quais R\$ 7.410.234,19 foram decorrentes de acordos celebrados em audiência.

A ação envolveu todas as 32 Varas do Trabalho da jurisdição, além dos gabinetes de magistrados, secretarias unificadas, Juízo Auxiliar de Execução, Secretaria de Precatórios, Núcleo de Justiça 4.0, Secretaria-Geral Judiciária e os Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Cejuscs) de primeiro e segundo graus.

Adeus à burocracia...

TRT14 agiliza emissão de certidões eletrônicas de ações trabalhistas

Confira a matéria completa pelo QR code



Confira a regulamentação completa pelo QR code



O TRT14 implementou melhorias na emissão das Certidões Eletrônicas de Ações Trabalhistas (CEAT), tornando o processo 100% digital e eliminando a burocracia. A emissão, que pode ser feita em minutos pelo(a) próprio(a) usuário(a) via PJe, é regida pela Portaria GP nº 0285/2025.

A digitalização completa garante maior eficiência, segurança e integridade no acesso à informação processual, reforçando o compromisso do Tribunal com a transparência e a modernização da gestão. A medida otimiza o tempo dos cidadãos e das empresas ao eliminar a necessidade de intermediários.



A iniciativa demonstra uma governança proativa e orientada ao(à) usuário(a), buscando o *feedback* direto para melhorar a transparência e a prestação de serviços.

O TRT14 realizou uma pesquisa de opinião para ouvir os(as) usuários(as) e a sociedade, com o objetivo de aprimorar os canais de comunicação e atendimento. As respostas coletadas foram cruciais para fundamentar ações futuras do Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão e as diretrizes estratégicas para o biênio 2025/2026.

O uso da pesquisa de opinião para fundamentar o Projeto de Linguagem Simples reflete um foco na inovação metodológica, buscando desburocratizar a comunicação e tornar a Justiça mais acessível.

O principal resultado alcançado com a pesquisa foi a abertura de um canal de escuta ativa com os(as) usuários(as), garantindo que as futuras ações de acessibilidade e comunicação (como o Projeto de Linguagem Simples) sejam fundamentadas nas necessidades da sociedade, contribuindo para a modernização da governança

Confira a matéria completa pelo QR code



Semana do Alvará

Polos Regionais de Porto Velho, Cone Sul e de Rio Branco realizam a “Semana do Alvará” para agilizar pagamentos a jurisdicionados

Confira a matéria completa pelo QR code



A concentração de esforços demonstra a busca incessante por eficiência e modernização na gestão judiciária

O Polo Regional de Porto Velho promoveu a “1ª Semana do Alvará”, uma iniciativa concentrada para acelerar a liberação de valores devidos aos(às) jurisdicionados(as). O principal objetivo foi agilizar a fase de execução, reduzindo o tempo de espera para que trabalhadores(as) recebam seus créditos. Essa ação de gestão otimiza o ciclo processual e contribui diretamente para a efetividade da Justiça, garantindo o resultado útil do processo.

Grupo de Trabalho

A Secretaria da Corregedoria Regional atua como unidade de apoio, sendo responsável por organizar as pautas das reuniões, enviar documentos aos membros e redigir as atas. As reuniões ordinárias do GT ocorrem semanalmente, às terças-feiras. A Portaria estabelece ainda que as atas das reuniões serão publicadas no site do Tribunal em até 10 dias após a realização.

No Polo Regional de Rio Branco, a “Semana do Alvará” focou na liberação de valores retidos em processos judiciais já finalizados, com mais de 150 processos beneficiados em Rio Branco/AC.

O principal resultado alcançado com a ação foi agilizar o pagamento de alvarás a jurisdicionados nos Polos Regionais, reduzindo o tempo de espera na fase executória.

Grupo de Trabalho para Acompanhamento de Recomendações da CGJT

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região instituiu, por meio da Portaria GP nº 0306/2025, um Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de gerenciar as recomendações da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (CGJT) decorrentes da Correição Ordinária de janeiro de 2025. O GT, coordenado pelo Desembargador-Presidente e pelo Vice-Presidente/Corregedor, tem como missão analisar e implementar planos de ação para cumprir os prazos estabelecidos na Tabela Dinâmica de Acompanhamento das Recomendações.

Confira a regulamentação completa pelo QR code



Sistema de Precedentes

Presidente defende unidade e integridade do sistema de Justiça na abertura da Semana Nacional dos Precedentes Trabalhistas

Confira a matéria completa pelo QR code



Na abertura da Semana Nacional dos Precedentes Trabalhistas, o presidente do TRT14, desembargador Ilson Alves Pequeno Junior, destacou a importância da unidade e integridade do sistema de Justiça.

O evento, realizado em Brasília e transmitido aos TRTs, foi caracterizado como um marco institucional, iniciando uma transformação na Justiça do Trabalho pela intensiva adoção do Sistema Brasileiro de Precedentes.

O objetivo foi reforçar a segurança jurídica e a celeridade processual.

Paralelamente, a Escola Judicial (Ejud-14) promoveu diversas atividades formativas em Rondônia e Acre, visando capacitar magistrados(as), servidores(as), advogados(as) e estudantes na nova cultura de precedentes.

O principal resultado alcançado é o início de uma transformação institucional na Justiça do Trabalho brasileira, com o reforço do compromisso com a unidade, integridade e segurança jurídica, por meio da adoção e capacitação massiva no Sistema Brasileiro de Precedentes.

Correições participativas e transparentes



Durante o ano de 2025, o Vice-Presidente e Corregedor, Desembargador Carlos Augusto Gomes Lôbo, juntamente com a equipe da Corregedoria Regional do TRT14, realizou correções ordinárias nas 32 Varas do Trabalho dos Estados de Rondônia e do Acre, no Núcleo de Justiça 4.0, nos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Cejuscs) de 1º Grau de Porto Velho e Rio Branco, na Secretaria Judiciária de 1º Grau, nos Fóruns Trabalhistas de Rio Branco, Porto Velho e Ji-Paraná, bem como na Secretaria Unificada do Polo Regional do Cone Sul.

As correções têm por objetivo orientar, fiscalizar e uniformizar os procedimentos administrativos e judiciais, garantindo o bom funcionamento das unidades judiciárias e assegurando uma prestação jurisdicional eficiente e célere.

Além disso, as atividades correicionais possibilitam a identificação de boas práticas e de eventuais necessidades de aprimoramento nas rotinas de trabalho, contribuindo para o fortalecimento da gestão judiciária e para a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade.

Confira matérias das correções nos QR codes



Confira as atas das correções no QR code



Encerramento do ano judiciário



Última sessão do Pleno foi marcada por conquistas, reestruturação aprovada e expectativa para 2026

A última sessão de 2025 do Tribunal Pleno, realizada no dia 18 de dezembro, marcou o encerramento das atividades do ano com um balanço positivo de conquistas e a aprovação de uma importante reestruturação administrativa. O encontro debateu sobre o futuro da instituição, homenagens e votos de boas festas.

Na pauta, destaque para a análise da proposta de reestruturação administrativa, prevista na Resolução nº 031/2025.

Em seu discurso, o presidente do TRT-14, Ilson Alves Pequeno Junior, fez um balanço das principais conquistas de 2025. O destaque foi a obtenção do Selo Diamante do Prêmio CNJ de Qualidade, além do segundo lugar nacional na Corregedoria, menção honrosa no Prêmio de Equidade Racial, evidenciando o compromisso do Tribunal com a excelência na prestação jurisdicional.

Confira a matéria completa pelo QR code



Capítulo 3



Perspectiva

Governança Administrativa





Capítulo 3

Perspectiva

Governança Administrativa

As recentes iniciativas do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14) em governança administrativa visam aprimorar a gestão orçamentária, fortalecer a segurança institucional e promover a transparência, com o objetivo de impulsionar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados. A participação ativa em eventos nacionais, como o Encontro Nacional da Memória do Poder Judiciário e o Encontro Nacional de Segurança Institucional da Justiça do Trabalho, demonstra o compromisso do TRT14 com a troca de experiências e a adoção de melhores práticas, resultando na preservação da memória institucional, na modernização dos arquivos e no fortalecimento dos protocolos de segurança.

O projeto de Equalização da Carga de Trabalho no 1º Grau, reconhecido nacionalmente, exemplifica a gestão eficiente do TRT14. A reorganização do trabalho em polos regionais e a otimização da distribuição de processos promoveram a isonomia e a eficiência administrativa, com uma redução significativa da carga média de trabalho, impactando positivamente a saúde e a qualidade de vida dos magistrados e servidores, além de garantir a sustentabilidade da performance judicial.

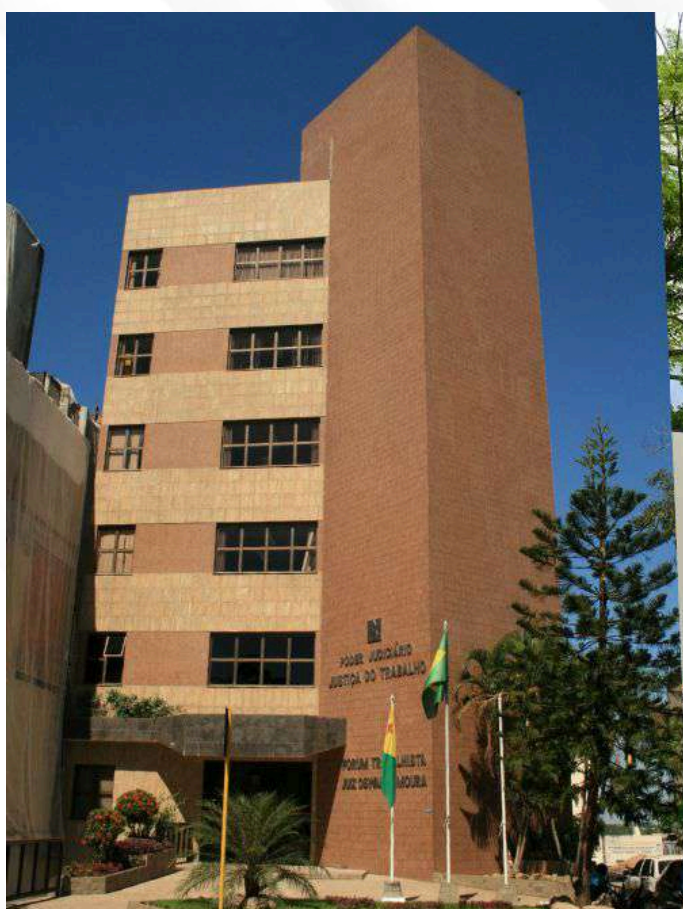
As Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs) evidenciam a importância da governança baseada em dados e orientada para resultados, com foco em uma gestão integrativa, humanizada e colaborativa, assegurando o engajamento da força de trabalho e o alinhamento das metas institucionais. Isso se traduz em maior transparência e eficiência na gestão, com reflexos positivos nos indicadores de desempenho do Tribunal.

A gestão orçamentária estratégica do TRT14 em 2025 desempenhou um papel crucial na viabilidade e no sucesso dos projetos de implantação de energia renovável nas Varas do Trabalho. A gestão eficiente dos recursos orçamentários foi fundamental para transformar projetos ambiciosos em realidade, garantindo a sustentabilidade econômica e maximizando os benefícios ambientais, demonstrando o compromisso do Tribunal com a inovação e a responsabilidade socioambiental.

Modernização administrativa

Reforma do Fórum Regional de Rio Branco é inaugurada com estrutura moderna e foco em atendimento humanizado

Confira a matéria completa pelo QR code



antes



depois

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC) inaugurou, em novembro de 2025, as novas instalações do prédio do Fórum Regional de Rio Branco/AC Juiz Oswaldo Moura. Marcado pelo compromisso com a qualidade do serviço público, o evento reuniu autoridades do Judiciário, do Executivo e da sociedade acreana.



Foram realizados a substituição do revestimento das fachadas, reforços em pilares e vigas, manutenção da cobertura, impermeabilização e nova pintura interna. A fachada também recebeu revestimento em ACM – um painel de alumínio composto, leve e resistente a intempéries.

Reconhecimento

Confira a matéria completa pelo QR code

TRT14 é destaque nacional com projeto de equalização da carga de trabalho em Colégio de Presidentes e Corregedores



O TRT14 obteve reconhecimento nacional na 4ª Reunião Ordinária do Colepexor ao apresentar seu Projeto de Equalização da Carga de Trabalho no 1º Grau.

O projeto visa reorganizar o trabalho em três Polos Regionais, com secretarias unificadas e divisão funcional por etapas processuais, abordando diretamente o déficit de servidores e a desigualdade na lotação das varas.

A iniciativa foi elogiada pelo então Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, e considerada um novo paradigma de gestão de carga de trabalho.

A importância dessa ação transcende a eficiência administrativa. Embora a reorganização promova a isonomia na distribuição de processos, o seu impacto secundário, mas relevante, é na qualidade de vida.

Ao reorganizar o trabalho de forma inteligente, sem fechar varas, e reduzir a carga média para 303 processos por magistrado(a), o Tribunal investe diretamente na saúde dos profissionais, combatendo o risco de sobrecarga e garantindo a sustentabilidade da performance judicial

Memória

Visita guiada ao Arquivo Geral marca celebração do Dia do Arquivista no TRT14

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região organizou uma visita guiada ao seu Arquivo Geral como parte das celebrações do Dia do Arquivista, celebrado em 20 de outubro. O evento teve o propósito de destacar a importância da gestão documental e da preservação da memória institucional para a continuidade administrativa e jurídica do Tribunal.



Confira a matéria completa pelo QR code



TRT14 participa do 5º Encontro Nacional da Memória do Poder Judiciário

Confira a matéria completa pelo QR code



O TRT14 marcou presença no 5º Encontro Nacional da Memória do Poder Judiciário. A participação em eventos nacionais focados na gestão da memória institucional é crucial para a preservação histórica e a modernização dos arquivos.

A preservação, digitalização e acesso ao acervo histórico, frequentemente envolvendo tecnologias de ponta, garantem a transparência, o resgate da história institucional e o aprimoramento da gestão documental, que é essencial para a eficiência administrativa de longo prazo.

Segurança

TRT14 participa de Encontro Nacional de Segurança Institucional da Justiça do Trabalho

Confira a matéria completa pelo QR code



O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14) participou do 3º Encontro Nacional de Segurança Institucional da Justiça do Trabalho, realizado em São Paulo (TRT da 2ª Região) nos dias 22 e 23 de maio de 2025.

O evento reuniu líderes de segurança de todo o país com o objetivo de fortalecer e alinhar as políticas de segurança no âmbito do Judiciário trabalhista.

A participação do Regional em fóruns nacionais é essencial para o aprimoramento contínuo dos protocolos de proteção institucional, abrangendo a segurança de magistrados(as), servidores(as) e instalações.

O principal resultado alcançado com a ação foi o fortalecimento das políticas de segurança institucional no TRT14, alinhamento com os padrões nacionais e aprimoramento dos protocolos de proteção, essenciais para a continuidade e a eficiência da prestação jurisdicional.

Ação de **responsabilidade social**

Foram mais de dois mil itens em doações para instituições sem fins lucrativos

Confira a matéria completa pelo QR code



O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC) realizou doação de bens inservíveis a diversas instituições sociais.

Ao todo, foram doados **2.608 itens**, entre equipamentos de informática e mobiliário, beneficiando entidades com reconhecida atuação social em Rondônia, no Acre e em outros estados brasileiros.

A Ação reforça o compromisso com a responsabilidade social e a destinação sustentável de materiais inservíveis.

Entre as entidades contempladas, destacam-se:

Instituto Abraço de Comunicação, Tecnologia, Educação, Social e Ciência do Estado de Rondônia

Escola Santa Marcelina – Embratel

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Porto Velho

Creche Criança Cidadã de Planaltina (DF)

Organização Assistencial Amor sem Fronteira

Centro Esportivo Cultural de Planaltina (DF)

Instituto Marcos Vinícius Fight Team

Programando o Futuro

Gestão de **processos**

Processo administrativo passa por adequações para
melhorar serviços

Alterações promovem mais agilidade, integração e eficiência na gestão do TRT14.



O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC) implementou importantes alterações nos assuntos e áreas de autuação do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD).

A medida tem como objetivo aperfeiçoar a tramitação de processos administrativos internos, melhorando a eficiência, a transparência e a coordenação entre unidades.

A iniciativa faz parte do projeto “Conexão SETIC”, desenvolvido pela Presidência, e integra o plano de diretrizes da atual gestão, alinhando-se às políticas do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

O que muda na prática?

As principais mudanças incluem:

- Redefinição da área inicial de autuação em diversos tipos de processos, como licenças, contratações, férias de magistrados, termos de cooperação, entre outros;
- Desoneração de unidades com alto volume de processos;
- Melhor direcionamento dos assuntos que envolvem a Presidência;
- Prevenção de duplicidade de temas em tramitação paralela.

Gestão patrimonial

Nova Portaria define regras para a Gestão Patrimonial

O Tribunal publicou a Portaria GP nº 0601/2025, que estabelece novas diretrizes para a administração de materiais e patrimônio. A medida visa modernizar a gestão, alinhando-a às normas da Lei nº 14.133/2021 e às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A portaria detalha o processo de aquisição e coleta de bens móveis, com foco na padronização e planejamento das compras para evitar estoques desnecessários. A aquisição provisória e definitiva de materiais, com a possibilidade de comissões especializadas, visa garantir a conformidade dos bens. A guarda e conservação são responsabilidades dos agentes designados, que devem zelar pela integridade dos materiais, com registros no Sistema de Controle de Material e Patrimônio (SCMP).

Em relação aos inventários, a portaria estabelece três tipos: anual, de bens imóveis e de almoxarifado. O inventário anual, dividido em etapas, envolve a verificação física dos bens, avaliação do estado de conservação e identificação dos responsáveis. Os bens imóveis também são objeto de inventário, evoluindo para atualização cadastral e regularização. Já o inventário de almoxarifado visa controlar o estoque de materiais de consumo. A portaria também detalha os procedimentos para desfazimento de bens, incluindo alienação, cessão, transferência e inutilização.

Confira a
regulamentação
completa pelo QR
code



Regras para uso de veículos oficiais

A Portaria GP nº 0426/2025 do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região estabelece novas diretrizes para o uso de veículos oficiais, garantindo o cumprimento das atividades do Tribunal. A medida abrange desde a manutenção dos veículos até os deveres e as proibições dos condutores.

A manutenção dos veículos oficiais deverá seguir rigorosamente as instruções do manual, com revisões periódicas e preventivas. Em caso de necessidade de reparos, o gestor responsável deverá comunicar a Coordenadoria de Serviços de Infraestrutura e Logística, que supervisionará os serviços. Os condutores devem zelar pela limpeza e conservação, informando qualquer problema e seguindo as orientações da Seção de Transportes.

A portaria também define os deveres e as proibições dos condutores. Entre os deveres, destaca-se a condução em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro e a manutenção de um relatório das ocorrências com o veículo. É vedado o uso para fins particulares ou transporte de pessoas estranhas ao serviço, além de desvios de rota sem justificativa. As medidas visam a segurança e a correta utilização dos recursos públicos.

Confira a
regulamentação
completa pelo QR
code



Guia Prático para Gestores e Fiscais de Contratos

O objetivo é orientar gestores e fiscais de contratos

O Tribunal lançou um guia prático para gestores e fiscais de contratos, aprimorando a atuação desses servidores na gestão de recursos públicos. A iniciativa, aprovada pela Portaria GP n.º 170/2025, tem como objetivo principal orientar e padronizar procedimentos, garantindo a conformidade legal e a eficiência na execução contratual.

O guia detalha as responsabilidades de gestores(as) e fiscais, com foco em acompanhamento contínuo, registro formal de ocorrências e comunicação de irregularidades. Além disso, o documento apresenta ferramentas e sistemas essenciais para a gestão, como o **Dashboard Gerencial** de Contratos e o sistema Compras Contratos. O material também aborda a importância da comunicação e negociação, bem como a gestão de riscos, com dicas para identificar e mitigar possíveis problemas.



O guia está disponível no site do Tribunal, e a transparência é um instrumento importante para garantir o bom uso dos recursos públicos e nos processos de contratação

Confira a matéria completa pelo QR code



Confira o Guia completo pelo QR code



Confira a regulamentação completa pelo QR code



suprimento de fundos



Confira a regulamentação completa pelo QR code



A Portaria GP n.º 1051/2025 estabelece as diretrizes para o uso de suprimento de fundos, visando a regulamentação de despesas. A norma define as regras para concessão, destinação, limites e prestação de contas.

A medida visa garantir a transparência e o controle dos gastos, em consonância com as normas do governo federal.

A concessão de recursos é destinada a magistrados(as) e servidores(as) em cargos de comissão, com limites definidos por lei, e o uso de Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) é obrigatório, com exceções para saque. Os limites de concessão variam, e é vedada a concessão para quem estiver em dívida com o Tribunal ou sem as condições previstas.

A prestação de contas deve ser feita no mesmo processo da concessão, com documentos específicos e prazos definidos.

Padronização de bens móveis

O Tribunal instituiu uma comissão para tratar da matéria

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região instituiu, por meio da Portaria GP nº 0700/2025, a Comissão de Padronização de Bens Móveis. A iniciativa visa otimizar a gestão patrimonial, reduzir custos, uniformizar a identidade visual das unidades e melhorar a ergonomia e o bem-estar dos(as) usuários(as).

Além disso, deverá emitir pareceres técnicos, apoiar a elaboração do Plano de Ação de Padronização, acompanhar seu cronograma e avaliar os resultados.

A comissão terá diversas atribuições, incluindo a elaboração de diretrizes técnicas para padronização, diagnóstico do mobiliário existente, identificação de necessidades específicas de cada unidade e estabelecimento de critérios para aquisição e substituição de móveis. A portaria destaca ainda a importância de incorporar critérios de sustentabilidade, mapear riscos e promover o *benchmarking* com outras instituições. A medida demonstra o compromisso do TRT14 com a eficiência, economicidade e a melhoria contínua dos seus processos.

Confira a
regulamentação
completa pelo QR code



Atos Conjuntos

TRT14 fortalece Gestão com Atos Conjuntos da Presidência e Corregedoria

Em busca de maior eficiência e efetividade, a Presidência e a Corregedoria Regional do TRT14 intensificam a prática de atos conjuntos. A colaboração, que une a aprovação de projetos estratégicos pela Presidência e a fiscalização da execução pela Corregedoria, visa melhorar a gestão e a atuação do tribunal.

Essa parceria estratégica tem sido frequente na elaboração e aprovação de planos de gestão, que agora serão acompanhados de perto pela Corregedoria em suas correições. A medida reforçará o controle, garantirá o cumprimento das metas impostas e impulsionará a construção de uma justiça trabalhista mais ágil, eficaz e alinhada com as necessidades da sociedade.

A primeira portaria conjunta, editada em março, aprovou as Diretrizes da Gestão para o Biênio 2025/2026. A Portaria Conjunta PRE-COR nº 0001/2025 foi alterada pela Portaria Conjunta PRE-COR nº 0007/2025, cujas atualizações refletem as discussões da 3ª Reunião de Análise da Estratégia, ocorrida em setembro, e visa a priorização e execução das iniciativas do biênio. O Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal realizarão avaliações periódicas das ações e metas constantes do plano.

Justiça Itinerante

A Portaria Conjunta PRE-COR nº 0005/2025 estabelece as diretrizes e procedimentos para a Justiça Itinerante no âmbito do TRT da 14ª Região. O objetivo é efetivar o pleno acesso à Justiça por meio dos Serviços da Justiça Itinerante, superando barreiras geográficas, socioeconômicas ou de outra ordem. A iniciativa se torna importante, pois define os princípios e as responsabilidades para garantir o acesso à Justiça, incluindo a participação qualificada de magistrados e servidores, além de promover a inclusão digital.

Por outro lado, foi instituída a Comissão de Justiça Itinerante do Tribunal, para executar o plano, sob a supervisão da Corregedoria Regional.

O trabalho conjunto da Presidência e da Corregedoria Regional é fundamental para o aprimoramento da gestão judiciária. Essa colaboração garante a implementação de políticas eficientes, a otimização da prestação jurisdicional e o cumprimento das metas estabelecidas, promovendo, assim, uma justiça mais acessível e eficaz.

Outras iniciativas, realizadas conjuntamente, destacam-se:

Portaria Conjunta PRE-COR nº 002/2025: Revoga o artigo 8º da Resolução Administrativa nº 76/2018, que tratava da divisão da área de jurisdição em circunscrições. A iniciativa visa otimizar a prestação jurisdicional, promovendo a distribuição equitativa da carga de trabalho.

Portaria Conjunta PRE-COR nº 003/2025: Definiram as ações que foram adotadas durante a Semana Nacional da Conciliação de 2025, como a participação das unidades judiciárias, a realização de audiências e a expedição de guias e alvarás.

Portaria Conjunta PRE-COR nº 006/2025: Instituiu a semana temática **"Baixar para Descongestionar"** no âmbito do TRT da 14ª Região, com a finalidade de implementar um calendário institucional de ações voltadas à redução da taxa de congestionamento processual.

Confira as Portarias Conjuntas PRE-COR pelos QR codes

0001/2025



0005/2025



0002/2025



0006/2025



0003/2025



0007/2025



0004/2025



Estratégia e Governança

TRT14 reúne pela primeira vez os polos regionais numa Reunião de Análise da Estratégia

Confira a matéria completa pelo QR code



O foco foi a gestão integrativa, humanizada e colaborativa

A Reunião de Análise da Estratégia (RAE) é um instrumento essencial de **governança**, focado no monitoramento e alinhamento das metas estratégicas institucionais. O ciclo de gestão garante que a administração do Tribunal seja baseada em dados e orientada para resultados.

O destaque para o modelo de "gestão integrativa humanizada e colaborativa" reconhece que a eficácia do planejamento estratégico depende diretamente do **engajamento** e da colaboração da força de trabalho, integrando o capital humano ao desempenho organizacional.



O principal resultado alcançado com a ação foi a realização do debate institucional para análise e ajuste das diretrizes da gestão para o biênio 2025/2026, assegurando a transparência na gestão e o alinhamento das metas institucionais com uma abordagem humanizada.



Confira o relatório completo da 3ª RAE pelo QR code



Administração por Resultados

Ao longo de 2025, o Tribunal realizou quatro Reuniões de Análise da Estratégia (RAE), com **foco em resultados**

As reuniões foram conduzidas pelo Presidente, desembargador Ilson Alves Pequeno Junior, que atua como gestor de governança e metas e ordenador de despesas, e pelo Vice-Presidente e Corregedor, desembargador Carlos Augusto Gomes Lôbo.

As reuniões são realizadas sempre com pautas voltadas para os resultados dos projetos e ações em andamento. Temas como planejamento estratégico, planos táticos e operacionais, diretrizes da gestão, indicadores e metas são avaliados durante as reuniões.



Confira as atas
de reunião pelo
QR code



TRT14 celebra **conquistas** e traça **metas** em última RAE do ano

Em um clima de celebração, o Tribunal realizou, no dia 8 de dezembro de 2025, a 4ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE) do ano. O encontro, que reuniu gestores(as) de todas as áreas do Tribunal, marcou a consolidação de resultados positivos e a definição de estratégias para os próximos anos, com foco na excelência da prestação jurisdicional.

A reunião destacou a apresentação do Relatório de Governança de 2025 e a revisão do Planejamento Estratégico para o sexênio 2027/2032, com reconhecimento do presidente pela conquista do Selo Diamante no Prêmio CNJ de Qualidade 2025. O evento reforçou a importância do trabalho em equipe e o otimismo diante dos desafios futuros.

Confira a matéria
completa pelo QR code



Foram apresentadas as Diretrizes da Gestão para 2025/2026, focadas em aprimorar a prestação jurisdicional e a gestão administrativa, incluindo gestão de pessoas, modernização da governança e fomento à inovação. Foi apresentado, também, o Painel Gerencial ZEUS, ferramenta de acompanhamento de indicadores e metas.

Alinhamento dos macros objetivos



O presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC), desembargador Ilson Alves Pequeno Junior, reuniu no dia 23/12/2025 os gestores da alta administração para a primeira reunião de alinhamento dos macros objetivos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ao sistema de justiça do TRT-14, com foco no cumprimento das metas e dos parâmetros estabelecidos para o Prêmio CNJ de Qualidade 2026. A iniciativa busca a melhoria contínua e a excelência na prestação jurisdicional.

A reunião teve como objetivo principal a análise dos novos critérios do prêmio, que serão avaliados em quatro eixos temáticos: Dados e Tecnologia; Transparência; Governança; e Produtividade. Os gestores presentes receberam orientações e informações sobre as mudanças nos critérios e o plano de ação para adequação e conformidade.

Confira a matéria completa pelo QR code



Capítulo 4



Perspectiva

Sustentabilidade





Capítulo 4

Perspectiva

Sustentabilidade

Este capítulo aborda o compromisso do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região com o "Trabalho Decente e Sustentabilidade", uma prioridade da gestão, por meio de diversas iniciativas que visam beneficiar as gerações presentes e futuras. Em 2025, o TRT14 implementou diversas ações em prol da modernização e da responsabilidade socioambiental, alcançando resultados significativos.

Entre as principais ações, destaca-se a implantação de sistemas de energia fotovoltaica nas Varas do Trabalho de Rondônia, que gera economia nos custos operacionais e reduz o impacto ambiental, alinhando-se às metas de desenvolvimento sustentável. O Tribunal também reforça seu compromisso com um ambiente de trabalho justo e respeitoso, implementando ações de equidade racial e de gênero, combate ao assédio moral e prevenção e enfrentamento da violência doméstica.

Além disso, o TRT14 realiza o programa "TRT Comunidade", que fortalece os laços com a comunidade, levando cidadania, saúde e justiça aos cidadãos, promovendo a inclusão social. Por fim, o Tribunal demonstra compromisso com a sustentabilidade através do gerenciamento eficiente dos resíduos sólidos e recicláveis, contribuindo para a preservação do meio ambiente.

Acompanhe a seguir os detalhes dessas importantes ações.

Energia renovável

Justiça do Trabalho lança programa para modernização energética de seus prédios

A Justiça do Trabalho lançou nacionalmente a Chamada Pública Procel “Energia Zero em Prédios Públicos”.

Este programa tem como meta modernizar energeticamente os edifícios do Judiciário, tornando-os mais eficientes e sustentáveis.



Confira a matéria completa pelo QR code



Em Rondônia e no Acre, TRT14 avança em energia solar

A meta é instalar em 100% das varas do trabalho

Como parte do programa nacional de modernização energética, o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC) inaugurou em Jarú/RO o seu primeiro sistema de energia solar fotovoltaica. Após, foram implantados os sistemas fotovoltaicos das demais Varas do Trabalho no estado de Rondônia, com previsão de concluir a implantação em todas as varas no estado do Acre ainda em 2026.



Confira a matéria completa pelo QR code



A iniciativa representa um avanço significativo no cumprimento das metas ambientais do Poder Judiciário. O sistema tem como objetivo reduzir a dependência de fontes de energia não renováveis, diminuir os custos operacionais do Tribunal e reduzir os gases de efeito estufa. Esta iniciativa é um exemplo de sustentabilidade aplicada, que não só contribui para a preservação ambiental, mas também otimiza a gestão orçamentária ao gerar economia de recursos públicos.

Energia renovável e promoção da saúde pública

Ato oficializou entrega de sistema fotovoltaico e repasse de mais de R\$ 1,3 milhão ao município de Rolim de Moura

Confira a matéria completa pelo QR code



Em uma demonstração de compromisso com a sustentabilidade e o bem-estar social, o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC) entregou um sistema de energia solar fotovoltaica e repassou mais de R\$ 1,3 milhão ao município de Rolim de Moura. A iniciativa, concretizada em solenidade oficial, em dezembro de 2025, impulsionou ao mesmo tempo, contribuir com a saúde pública local e promover práticas ambientais responsáveis.



A instalação da usina fotovoltaica na Vara do Trabalho de Rolim de Moura representa um passo importante na redução de custos operacionais e na diminuição do impacto ambiental.

A destinação dos recursos, obtidos por meio de ação civil pública, demonstra a capacidade da Justiça do Trabalho de promover a transformação social. O juiz titular da VT de Rolim de Moura, José Roberto Coelho Mendes Junior, ressaltou o impacto positivo da UTI na comunidade, enquanto o prefeito Aldo Júlio destacou a parceria entre os poderes em prol da saúde.



Essa ação se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, promovendo energia limpa, consumo responsável e ação contra as mudanças climáticas.



Programas sociais

A Justiça do Trabalho mais perto da população

Confira a matéria completa pelo QR code



O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região realizou, em maio de 2025, a 21ª edição do programa "TRT Comunidade", com foco em cidadania e sustentabilidade. A realização do evento envolveu a coordenação com diversos parceiros institucionais e da sociedade civil.



O "TRT Comunidade" é uma ação de responsabilidade social que leva serviços de cidadania, orientação legal e ações de sustentabilidade diretamente à população, reforçando a missão da Justiça do Trabalho para além do julgamento de processos. Estrategicamente, esses eventos servem para aprimorar a comunicação externa do Tribunal, fortalecendo a confiança pública e demonstrando o papel social ativo da instituição.



Interiorização e acesso à justiça

O município de Rolim de Moura recebeu a 22ª edição do TRT Comunidade

A ação social foi realizada no mês de dezembro e ofereceu serviços gratuitos à população.



Confira a matéria completa pelo QR code



A iniciativa reforça o compromisso da Justiça do Trabalho com a promoção da cidadania e o acesso a serviços públicos essenciais, especialmente em localidades que enfrentam dificuldades de atendimento. O evento reúne uma rede de parceiros institucionais, que colaboram para tornar a ação possível e ainda mais abrangente.

Com mais de 65 mil atendimentos acumulados em suas edições anteriores, o TRT Comunidade se consolida como uma das principais ações sociais da Justiça do Trabalho nos estados de Rondônia e Acre. O projeto se mostra essencial para aproximar o Poder Judiciário da população, em especial de grupos vulneráveis.



Trabalho Decente: TRT14 cria novos canais de denúncia por e-mail

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região criou novos canais de denúncia por e-mail, dedicados a temas específicos de alta sensibilidade social. Foram instituídos endereços eletrônicos diretos para denúncias, sugestões ou relatos em áreas como Trabalho Seguro, Combate ao Trabalho Infantil e Enfrentamento ao Trabalho Escravo, Tráfico de Pessoas e Proteção ao Trabalho do Migrante.

Confira a matéria completa pelo QR code



Justiça do Trabalho de Portas Abertas

Confira a matéria completa pelo QR code



O projeto "Justiça do Trabalho de Portas Abertas" é uma iniciativa de engajamento social e transparência, destinada a receber estudantes de direito e áreas afins.



A ação tem como foco aproximar a sociedade do Judiciário Trabalhista, desmistificando os procedimentos processuais e conscientizando os futuros profissionais sobre a importância do papel da Justiça na defesa dos direitos sociais.

Ao promover o diálogo com o público externo, o Tribunal reforça a transparência de suas operações e estimula a educação cidadã sobre o direito laboral, cumprindo seu papel de promover o progresso social.

O Tribunal recebeu, em agosto de 2025, estudantes de Direito da Faculdade São Lucas de Porto Velho, e em setembro, estudantes da Universidade Federal de Rondônia (Unir).

O principal resultado alcançado é a abertura institucional e engajamento com a comunidade acadêmica, promovendo a transparência e a educação cidadã sobre os direitos laborais e o funcionamento do Poder Judiciário e do Tribunal Regional do Trabalho.

TRT14 promove Dia das Crianças especial e reforça combate ao trabalho infantil

Confira a matéria completa pelo QR code



Em consonância com as políticas de responsabilidade social e combate ao trabalho infantil, o TRT14 promoveu um evento especial em celebração ao Dia das Crianças, em outubro de 2025. O evento teve o objetivo duplo de proporcionar um momento de lazer e alegria para os filhos dos servidores, ao mesmo tempo em que reforçou, de forma lúdica e educativa, a campanha institucional de combate ao trabalho infantil.

Esta iniciativa integra o compromisso do Tribunal com a formação cívica e a proteção da infância, utilizando o calendário social para disseminar mensagens cruciais sobre o progresso social. A promoção de ações internas que consideram o bem-estar familiar também contribui indiretamente para a Qualidade de Vida no Trabalho.



O principal resultado alcançado foi a sensibilização e reforço da responsabilidade social contra o trabalho infantil, integrando a missão institucional com a celebração de um momento social importante para as famílias do TRT14.



Ações de combate ao trabalho infantil

Confira a matéria completa pelo QR code



A Comissão Regional de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem do Tribunal Regional do Trabalho da 14^a Região (RO/AC) promoveu Roda de Conversa Literária, levando conhecimento e debate aos alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Rio Branco, em Porto Velho/RO.

O projeto, que reuniu alunos do 8º e 9º anos, utilizou o livro "Carvoeirinhos", de Roger Mello, como ponto de partida para discutir os impactos do trabalho infantil.



Ações de Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas

Confira a matéria completa pelo QR code



A Justiça do Trabalho da 14ª Região marcou importante presença na reunião do Fórum Nacional do Poder Judiciário para o Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas (Fontet).

O encontro ocorreu em Xapuri (AC), na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Divina Providência, em meio às atividades da 3ª edição do programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



A iniciativa do CNJ, em parceria com diversos tribunais e órgãos do sistema de justiça, visa levar serviços jurisdicionais e sociais para comunidades ribeirinhas e de difícil acesso.

Trabalho decente

Justiça do Trabalho inspeciona realidade de catadores em Porto Velho

Confira a matéria completa pelo QR code



A 7ª Vara do Trabalho de Porto Velho, sob coordenação da juíza Luzinalia de Souza Moraes, realizou, em julho de 2025, uma inspeção judicial na Vila Princesa e na sede da Cooperativa Catanorte. Essa diligência está inserida em Ação Civil Pública que busca soluções de políticas públicas para a inclusão socioeconômica e produtiva de catadores de materiais recicláveis, após o fechamento do antigo lixão da capital.



A pauta do encontro tratou da inclusão produtiva das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis, após o encerramento das atividades do lixão da Vila Princesa, além de alternativas para fortalecer a coleta seletiva na capital.

A visita contou com a participação de diversos atores institucionais, como o Ministério Público do Trabalho, a Defensoria Pública da União, a Prefeitura de Porto Velho e lideranças da cooperativa.

A juíza responsável destacou o caráter estrutural e coletivo do processo, afirmando que a inspeção é uma etapa essencial para planejar medidas eficazes que garantam direitos fundamentais como o trabalho digno e a proteção ambiental.

A comitiva composta pelo presidente do TRT14, desembargador Ilson Alves Pequeno Junior, o vice-presidente e corregedor Regional, desembargador Carlos Augusto Gomes Lôbo, e a juíza do Trabalho Luzinalia de Souza Moraes, titular da 7ª Vara do Trabalho de Porto Velho, foi recebida pelo prefeito de Porto Velho, Léo Moraes.

Confira a matéria completa pelo QR Code



Inclusão

TRT14 disponibiliza manual para acolher pessoas com TEA

Confira a matéria completa pelo QR code



O TRT14 disponibilizou em seu portal o manual elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que oferece orientações detalhadas para o acolhimento adequado de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito do Poder Judiciário. A ação visa garantir que o atendimento ao público seja mais inclusivo, sensível e qualificado.

Ao garantir um atendimento mais humanizado e inclusivo, o Tribunal também reforça seu compromisso com os direitos humanos e a inclusão social, alinhando-se ao tema do Trabalho Decente.

PopRua Jud valoriza ações que aproximam a Justiça da população em situação de rua

Confira a matéria completa pelo QR code



Confira a matéria completa pelo QR code



O programa PopRuaJud do TRT14 enfatiza a importância de ações voltadas à população em situação de rua, facilitando o acesso a serviços judiciais essenciais, incluindo a resolução de pendências trabalhistas e a emissão de documentos.

Com foco na inclusão social e no fortalecimento da cidadania, a 22ª edição do “TRT Comunidade”, em Rolim de Moura/RO, contou com a atuação do programa PopRuaJud, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Foi realizada parceria com o CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social para transporte das pessoas em situação de risco para o local dos atendimentos, promovendo a inclusão e o acesso à cidadania das pessoas em situação de rua de Rolim de Moura.

A iniciativa demonstra a responsabilidade social do Tribunal, garantindo a inclusão social e o acesso à justiça para grupos vulneráveis. Ao estender o alcance de seus serviços, o Tribunal aprimora a comunicação externa e a eficácia da prestação jurisdicional.

Atendimento em libras

Novo serviço conecta intérpretes em Libras a unidades do TRT-14 e garante comunicação eficaz para a população surda.

Confira a matéria completa pelo QR code



O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC) passou a oferecer o **Balcão Visual**, um serviço de atendimento online e gratuito em Língua Brasileira de Sinais (Libras).

A iniciativa tem o objetivo de promover a acessibilidade e garantir o direito à informação para pessoas surdas ou com deficiência auditiva.

Cerimonial troca experiências em Encontro Nacional

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região participou do 1º Encontro de Cerimonialistas em João Pessoa, promovido pelo TRT13, entre 24 e 26 de novembro de 2025. O evento, que reuniu profissionais de diversos Tribunais, teve como objetivo fortalecer o cerimonial institucional por meio da troca de experiências e ampliação de conhecimentos.



Com a participação de instituições parceiras, o encontro abordou temas como acessibilidade em eventos, com o lançamento de uma cartilha sobre o tema.

Confira a matéria completa pelo QR code



Projeto AmazonTech Meninas

Formação pioneira impulsiona capacitação em escola pública de Porto Velho

Confira matérias pelos QR codes



Participaram da formação 30 alunas do ensino médio, com idades entre 14 e 18 anos, selecionadas pela própria escola com base no desempenho escolar.

O curso ofereceu uma trilha de aprendizado prático com seis módulos, mentorias femininas e encaminhamento a oportunidades de aprendizagem e estágio por meio do SINE-RO (Sistema Nacional de Emprego).



O projeto foi gerenciado pela juíza do Trabalho Substituta Sabina Helena Rodrigues, gerente do projeto e integrante da Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem do TRT14.

Equidade

CNJ premia TRT14 por boas práticas de equidade racial

Confira a matéria completa pelo QR code



O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC) foi um dos agraciados com menção honrosa no 2º Prêmio CNJ de Equidade Racial, entregue pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 17 de novembro de 2025, em Brasília (DF). A honraria reconheceu os tribunais que apresentaram os maiores avanços percentuais em ações de promoção da equidade racial no último ano.

A cerimônia integrou a programação da semana em que se celebra o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro, e premiou 13 tribunais que se destacaram por boas práticas ou por seu desempenho na promoção da igualdade racial no sistema de Justiça.

O juiz do Trabalho Wadler Ferreira, coordenador do Comitê Gestor Regional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade, representou o TRT14 na solenidade e recebeu a premiação em nome da instituição.

O TRT14 elevou sua pontuação no IPER de 52% para 79%, representando um salto de 53% no desempenho e consolidando seu compromisso com ações estruturantes no combate ao racismo institucional.

Reconhecimento destaca crescimento de 53% no desempenho do Tribunal em indicadores de equidade e diversidade

Sustentabilidade

TRT14 participa do 10º Encontro Nacional de Sustentabilidade, em Manaus

Evento destacou a importância da transição justa e das ações climáticas na Justiça do Trabalho



O presidente do TRT14, desembargador Ilson Alves Pequeno Junior, integrou a programação representando o regional ao lado da juíza do Trabalho Soneane Raquel Dias Loura Simioli, presidente do Subcomitê do Plano de Logística Sustentável (PLS-TRT14), e da chefe da Divisão de Sustentabilidade, Acessibilidade e Iniciativas Nacionais, a servidora Jaqueline Ramos.

Confira a matéria completa pelo QR code



TRT14 aprova Plano de Descarbonização

A iniciativa alinha o Tribunal às diretrizes do Programa Justiça Carbono Zero, para a redução de emissões de carbono.

O TRT14 deu um importante passo em direção à sustentabilidade. Por meio da Portaria GP nº 0199, de 14 de fevereiro de 2025, aprovou o Plano de Descarbonização, alinhando-se às políticas nacionais do Poder Judiciário. O Plano prevê ações estratégicas para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, incluindo: otimização do consumo de energia elétrica e a utilização de fontes renováveis nos prédios; a substituição gradual da frota de veículos, por opções elétricas ou híbridas, além do incentivo do uso de transporte público e outras alternativas sustentáveis; implementação de gestão sustentável de resíduos, com foco nos 3Rs (redução, reutilização e reciclagem); e promoção de práticas de consumo consciente entre servidores(as) e colaboradores(as).

TRT14 publica primeiro Relatório de Emissões de Gases de Efeito Estufa

O Tribunal publicou o seu primeiro Relatório de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), o que é um marco na gestão de sustentabilidade, pois estabelece a linha de base para a mensuração do impacto ambiental da instituição e pavimentou o caminho para a definição de metas de redução de carbono no futuro, demonstrando transparência e responsabilidade ambiental, alinhado às políticas nacionais do Judiciário, sendo um componente fundamental da moderna governança administrativa.

Confira a matéria completa pelo QR code



Confira aqui o Relatório de Emissões de Gases de Efeito Estufa do TRT14 pelo QR code



PLS 2025/2026

Com ações alinhadas à Agenda 2030 da ONU, o Tribunal busca reduzir impactos ambientais e otimizar recursos públicos.

Confira a matéria completa pelo QR code



O documento reforça o compromisso da instituição com a sustentabilidade, promovendo a gestão eficiente dos recursos e a responsabilidade socioambiental no âmbito da Justiça do Trabalho.

Principais ações:

A revisão do PLS 2025/2026 estabelece indicadores e metas para diversos temas estratégicos, tais como:

- **Redução do consumo de papel e copos descartáveis:** Meta de diminuir o uso de papel em 2% ao ano e limitar a distribuição de copos descartáveis a 633 centos até 2026.
- **Eficiência energética:** Promoção do consumo consciente de energia elétrica e busca por fontes alternativas.
- **Gestão de resíduos:** Implementação de medidas para otimizar a separação e destinação correta do lixo.
- **Construções e reformas sustentáveis:** Adoção de materiais e práticas menos impactantes ao meio ambiente.
- **Mobilidade e frota sustentável:** Uso eficiente de veículos institucionais e redução do consumo de combustíveis fósseis.
- **Capacitação e engajamento:** Treinamento contínuo de magistrados e servidores sobre práticas sustentáveis.

Capítulo 5



Perspectiva

Saúde e Qualidade de Vida





Capítulo 5

Perspectiva Saúde e Qualidade de Vida

Este capítulo aborda o desafio crucial de promover resultados de excelência, sem comprometer a saúde e a qualidade de vida no trabalho. A administração do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, em seu plano de diretrizes 2025/2026, assumiu o compromisso de integrar harmoniosamente o cumprimento de metas ambiciosas com o bem-estar de seus(suas) servidores(as). O objetivo é claro: construir um ambiente de trabalho que valorize ambos os aspectos, reconhecendo que o sucesso sustentável reside na sinergia entre produtividade e qualidade de vida.

As iniciativas de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) revelam-se fundamentais para sustentar a produtividade e a excelência em governança. O eixo QVT, ativado em múltiplas frentes, demonstra resultados significativos, utilizando ferramentas de saúde preventiva e apoio psicossocial, odontológico e de serviços de saúde em geral.

Essas ações garantem que o pilar da saúde e bem-estar permaneça sólido, servindo como base para o engajamento e a alta performance dos servidores, com impactos positivos já observados na motivação e na satisfação.

A política de saúde e qualidade de vida, com resultados concretos, demonstra um alcance que ultrapassa as fronteiras do ambiente de trabalho, abordando questões sociais que impactam diretamente a segurança e o desempenho dos servidores.

A gestão demonstra, assim, um compromisso não apenas com o alcance das metas, mas com a reestruturação do ambiente de trabalho para que estas sejam atingidas de maneira sustentável e justa, reforçando a cultura de valorização da força de trabalho e promovendo um ciclo virtuoso de resultados e bem-estar.



Roda de Conversa sobre Autismo em alusão ao Dia Mundial de Conscientização



O TRT14, por meio da Coordenadoria de Assistência à Saúde (CAS), organizou a roda de conversa "Vivendo e Convivendo com o Autismo" em março de 2025, em alusão ao Dia Mundial de Conscientização do Autismo.

O objetivo central da iniciativa foi conscientizar a comunidade do Tribunal sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), reforçando o compromisso institucional com a inclusão e a construção de um ambiente de trabalho efetivamente acolhedor.

O evento proporcionou um espaço de diálogo aberto e esclarecedor, em que servidores com experiências diretas de convivência com o autismo puderam compartilhar seus desafios e conquistas no trabalho e na sociedade.

Os relatos emocionantes ajudaram a promover a aproximação entre as pessoas e a desmistificar preconceitos, o que está diretamente ligado à promoção da dignidade no ambiente de trabalho e ao progresso social.

Ao focar na inclusão e na criação de redes de apoio, o TRT14 demonstrou que a saúde no trabalho engloba a aceitação e a diversidade, avançando para além das questões clínicas.

O principal resultado alcançado é a promoção da conscientização sobre o autismo, a aproximação entre as pessoas e a quebra de preconceitos, por meio da troca de experiências e relatos emocionantes dos servidores. A iniciativa destacou a importância de criar redes de apoio e promover um ambiente acolhedor para o bem-estar das pessoas com TEA.

Confira a matéria completa pelo QR code



Combate a assédio

Justiça do Trabalho reforça combate ao assédio em Webinário e Palestra sobre Convenção 190 da OIT

Confira a matéria completa pelo QR code



Durante a Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação, o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC) realizou duas importantes ações voltadas à conscientização e ao enfrentamento de práticas abusivas no ambiente profissional.

O II Webinário sobre Assédio Moral, Sexual e Discriminação, exclusivo para o público interno do tribunal, promoveu reflexões sobre condutas inadequadas no contexto laboral.

5ª Semana da Diversidade

A 5ª edição da Semana da Diversidade, promovida pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14), foi marcada por palestras, rodas de conversa e importantes ações sobre inclusão, direitos humanos e a luta contra a discriminação.

Os debates abordaram a inclusão social da população trans e o combate à discriminação.

Já a palestra “Assédio e a Convenção 190 da OIT”, ministrada pela juíza do Trabalho Agnes Marian Ghtait Moreira das Neves, integrou o evento interinstitucional promovido em parceria com a Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (Emeron), Tribunal de Justiça de Rondônia, Ministério Público de Rondônia, Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e Ministério Público do Trabalho.

A prevenção do assédio também é uma política essencial de saúde e qualidade de vida, pois garante a integridade psicológica e física dos trabalhadores, sendo crucial para a manutenção de um ambiente produtivo e respeitoso.



Confira a matéria completa pelo QR code



Violência doméstica

TRT14 promove palestra sobre prevenção e enfrentamento da violência doméstica

Confira a matéria completa pelo QR code



O TRT14 promoveu uma palestra focada na prevenção e no enfrentamento da violência doméstica. Essa iniciativa demonstra uma visão ampliada da qualidade de vida no trabalho, reconhecendo que a segurança e o bem-estar dos servidores não se limitam ao espaço físico do Tribunal.

A violência doméstica é um fator de risco psicossocial que afeta diretamente a saúde mental, a segurança e, consequentemente, a produtividade do profissional.

Ao abordar proativamente este tema, o Tribunal oferece suporte e conscientização, agindo como um agente de proteção e de promoção da dignidade. A política de saúde e qualidade de vida, neste caso, estende-se para apoiar a totalidade da vida do(a) servidor(a), fortalecendo a resiliência institucional.

Inteligência **emocional**

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC), por meio da Coordenadoria de Assistência à Saúde e da Seção de Assistência Psicossocial, promoveu uma Roda de Conversa sobre "Inteligência Emocional - Enfrentando Desafios".

Confira a matéria completa pelo QR code



Gildo Afonso: servidor do TRT14 e palestrante

O encontro contou com a palestra e relato emocionante do servidor da 5ª Vara do Trabalho de Porto Velho Gildo Afonso, que compartilhou sua trajetória de superação após o diagnóstico de esclerose múltipla aos 23 anos, uma doença autoimune degenerativa - da cadeira de rodas ao Ironman.

O evento, realizado de forma virtual por videoconferência, com participantes de Rondônia e Acre, foi pensado para ser um espaço de acolhimento, incentivo e crescimento pessoal de todos.

Grupo de Trabalho visa adequar **Assistência à Saúde**

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região instituiu, por meio da Portaria GP nº 0240/2025, um grupo de trabalho com o objetivo de ajustar a Portaria GP nº 482/2015 e o orçamento da Assistência Médica e Odontológica do Tribunal. A medida visa adequar a legislação local aos Atos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) nº 16, 17 e 18, de 31 de janeiro de 2025, que tratam da assistência à saúde complementar para magistrados(as) e servidores(as).



A principal finalidade da iniciativa é alinhar as normas internas do TRT14 às diretrizes estabelecidas pelo CSJT. Isso inclui a revisão dos critérios para concessão de benefícios, como reembolso de despesas médicas e odontológicas, e a atualização do orçamento para garantir a sustentabilidade da assistência à saúde oferecida aos(as) seus(as) servidores(as) e magistrados(as).

Confira a regulamentação completa pelo QR code



Assistência à Saúde Suplementar

Regulamentação padroniza procedimentos e dá transparência

A Portaria GP nº 0301, de 28 de fevereiro de 2025, publicada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, estabelece as diretrizes para a concessão de assistência à saúde suplementar a magistrados, servidores, e seus dependentes.

A regulamentação visa detalhar o programa de assistência, abrangendo desde as formas de prestação do serviço – incluindo convênios, contratações e auxílios – até as condições para inscrição, custeio e exclusão dos beneficiários.

A finalidade principal da portaria é assegurar o acesso à saúde suplementar aos servidores e magistrados da Justiça do Trabalho da 14ª Região, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo CNJ e CSJT.

A medida busca promover o bem-estar e a qualidade de vida dos seus colaboradores, abrangendo também seus dependentes.

O documento detalha os critérios de inclusão e exclusão, além de especificar os valores de custeio, que serão compatíveis com a disponibilidade orçamentária.

Confira a
regulamentação
completa pelo QR code



Assistência à SAÚDE SUPLEMENTAR

A iniciativa se baseia em legislações e resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), buscando uniformizar e garantir o acesso à saúde.

Com essa regulamentação, espera-se uma maior clareza e transparência no acesso à assistência à saúde, bem como a padronização dos procedimentos.

A portaria, ao detalhar as responsabilidades do tribunal e dos beneficiários, visa evitar conflitos e garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficiente.

A expectativa é que, ao longo do tempo, a iniciativa contribua para a valorização dos servidores e para a melhoria do ambiente de trabalho.

Exames periódicos

A Justiça do Trabalho da 14ª Região (RO/AC) realizou uma importante iniciativa em direção à valorização da saúde e do bem-estar de seus magistrados(as) e servidores(as).

O Tribunal lançou um programa de conscientização sobre a importância de realizar exames periódicos de saúde.

O grupo de sensibilização, coordenado pela Seção de Qualidade de Vida e da Enfermagem, oferece informações sobre exames necessários para a detecção precoce de doenças, destacando os riscos à saúde que podem ser identificados e a importância do acompanhamento contínuo.

Confira a matéria completa pelo QR code



Dia das mulheres



Com serviços gratuitos, atrações culturais e falas inspiradoras, ação reforçou a importância da mulher na Justiça do Trabalho e na sociedade.

Confira a matéria completa pelo QR code



O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC) promoveu o Dia D'Elas, evento especial que abriu uma série de comemorações em alusão ao Mês das Mulheres.



VALORIZAÇÃO DA SAÚDE

Em live, o TRT-14 anuncia novo plano de saúde para servidores, magistrados e pensionistas

A Presidência e a Vice-Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC) anunciaram, na sexta-feira (26/12), durante uma *live* interna, o novo plano de saúde que beneficiará magistrados(as), servidores(as), aposentados(as) e seus(suas) dependentes. Trata-se do Plano de Saúde ABAS TRT-14 Diamante, que chega para oferecer mais qualidade de vida e bem-estar aos seus beneficiários.

Como um grande presente de Natal, o novo plano de saúde chega com a força e o peso que o grupo “Saúde ABAS Justiça do Trabalho” carrega no nome, uma autogestão com mais de 30 anos de experiência e mais de 8 mil beneficiários. Criada em 1994 pelo TRT da 15ª Região (Campinas/SP), sem fins lucrativos, a autogestão é focada na Justiça do Trabalho com um plano considerado premium.

Expansão do Atendimento Regional

Um dos pontos de maior relevância é o fortalecimento do atendimento em cidades do interior, historicamente carentes de ampla cobertura suplementar. O plano prevê a melhoria e ampliação da rede credenciada, incluindo novos profissionais e clínicas de várias especialidades.

Acesso a Centros de Referência Nacional

Para além da cobertura regional, o plano garante aos beneficiários o acesso a alguns dos hospitais mais renomados do Brasil, o que movimenta o fluxo de medicina de alta complexidade para pacientes da região Norte.



O desembargador-presidente, Ilson Alves Pequeno Junior, na abertura do evento, ressaltou a importância de proteger o corpo.



“Nossa saúde e bem-estar não são apenas coisas corriqueiras, mas um zelo sagrado, que é instrumento que nos permite amar e trabalhar. E, por entender que cada um de nós é este templo valioso, que merece todo o cuidado e proteção, que tenho a alegria de anunciar nosso novo plano de saúde. A partir de hoje, cada servidor, cada magistrado, cada dependente terá Plano de Saúde ABAS TRT-14 Diamante Nacional e Estadual”

Capítulo 6



Perspectiva

Cultura de Inovação





Capítulo 6

Perspectiva

Cultura de Inovação

Este capítulo aborda a diretriz **“Fomentar a cultura da inovação”**, que busca estabelecer um ambiente organizacional no Tribunal que incentive, apoie e celebre a exploração criativa e a aplicação estratégica da Inteligência Artificial (IA) para solucionar problemas e aprimorar processos.

A inovação, um tema transversal à governança administrativa e judiciária, bem como à sustentabilidade, recebe destaque especial na área tecnológica, com foco no uso da Inteligência Artificial.

O Tribunal busca superar a mera digitalização de processos, já consolidada pelo PJe, e avançar para a aplicação estratégica de tecnologias avançadas, como a IA.

Essa transição indica que o TRT14 está evoluindo de uma fase de digitalização básica para um estágio de maturidade tecnológica, em que ferramentas inteligentes são empregadas para otimizar a tomada de decisões administrativas e judiciais, intensificando a modernização da governança.

A cultura de inovação no TRT14 está pautada em uma perspectiva humanista, reconhecendo que a tecnologia deve servir a um sistema mais justo e eticamente consciente.

O Tribunal demonstra que a inovação tecnológica atinge sua plena eficácia quando utilizada por magistrados (as) e servidores (as) não apenas capacitados (as), mas também sensibilizados (as) para as questões psicossociais e éticas inerentes à aplicação da IA.

Plano tático

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2025/2026



Confira a matéria completa pelo QR code



O TRT14 formalizou e aprovou o seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) para o biênio 2025/2026.

O PDTIC é um documento estratégico fundamental que define o planejamento e a alocação de recursos para a área de TI, estabelecendo as prioridades de investimento em infraestrutura, segurança cibernética e desenvolvimento de sistemas tecnológicos.

A aprovação do plano é um ato de governança que assegura que as iniciativas de inovação estejam alinhadas com os objetivos estratégicos de longo prazo do Tribunal, garantindo a modernização contínua da administração, o suporte à prestação jurisdicional digital e o aumento da transparência institucional.

projetos de inovação

O TRT14 teve dois projetos, o “Espelho de Vênus” e o “Rodas de Conversa Literária”, selecionados em programas nacionais da Justiça do Trabalho, estando entre as 41 iniciativas escolhidas em todo o país.

A seleção de projetos de desenvolvimento humano e cultural em nível nacional é um reconhecimento da excelência das estratégias internas do Tribunal.

Confira a matéria completa pelo QR code



Ferramentas de gestão

Véritas

O TRT14 adotou o sistema eletrônico Véritas, desenvolvido pelo TRT12 (SC), por meio de um convênio de cooperação. Esta ferramenta tecnológica converte dados complexos de geolocalização, obtidos de empresas de telefonia móvel e do Google Takeout, em mapas e relatórios interativos e objetivos.

O objetivo primário do Véritas é otimizar a análise probatória, facilitando a utilização de informações de geolocalização como prova nas fases de conhecimento e execução dos processos trabalhistas. A funcionalidade do sistema permite a confirmação de horas extras, o mapeamento de bens de família ou a identificação de "laranjas" durante a execução de sentenças, contribuindo para a celeridade e precisão processual.

Confira a matéria completa pelo QR code



O TRT14 adotou o sistema Integra – Serviço de Monitoramento de Atos do CNJ, que padroniza e automatiza os fluxos de acompanhamento de cumprimento de decisões judiciais (Cumprdec) e o monitoramento de atos normativos e políticas judiciárias.

Confira a matéria completa pelo QR code



A implementação do Integra é uma ação crucial de Governança, pois visa garantir maior eficácia, celeridade e transparência no cumprimento de diretrizes e decisões de impacto nacional, alinhando o tribunal às políticas estratégicas do Judiciário. O principal resultado alcançado é o aprimoramento da governança institucional, aumentando a conformidade com as diretrizes do CNJ e fortalecendo a transparência.

Chat-JT

Confira a matéria completa pelo QR code

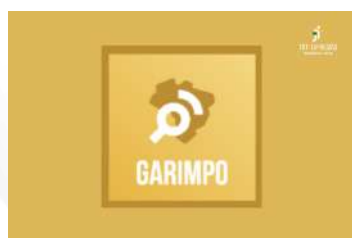
A Justiça do Trabalho implantou o "Chat-JT", uma ferramenta de Inteligência Artificial generativa desenvolvida para atuar como assistente de magistrados e servidores. Essa IA é projetada para otimizar o fluxo de trabalho interno, agilizando tarefas rotineiras, consultas jurídicas e pesquisas processuais.



A adoção do Chat-JT marca um avanço na aplicação estratégica da tecnologia para aumentar a produtividade individual. A ferramenta visa liberar a força de trabalho de tarefas repetitivas, permitindo que os profissionais dediquem mais tempo a atividades que exigem maior complexidade cognitiva e julgamento humano.

Sistema Garimpo

Confira a matéria completa pelo QR code



O TRT14 regulamentou o uso do Sistema Garimpo, uma ferramenta tecnológica para identificar e destinar valores esquecidos em contas judiciais de processos já arquivados. A iniciativa, liderada pela Corregedoria Regional, visa otimizar a liberação desses valores e está alinhada às diretrizes do TST e CSJT, promovendo maior rigor técnico e transparência, em conformidade com a LGPD.



A regulamentação é um passo crucial na modernização da governança administrativa, focada na eficácia e no saneamento das contas judiciais. A aplicação do Garimpo é um exemplo de inovação tecnológica aplicada à gestão orçamentária, que garante que recursos paralisados retornem aos seus titulares legais, promovendo justiça e evitando perdas financeiras por ineficiência administrativa.

Sistema Galileu

Confira a matéria completa pelo QR code

A implantação do Sistema Galileu no TRT14 segue o cronograma definido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e está disponível para todas as unidades de primeiro grau da 14ª Região.



O Sistema Galileu é uma solução tecnológica integrada ao Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT). Utilizando Inteligência Artificial Generativa, a ferramenta auxilia na confecção e revisão de relatórios de sentenças, garantindo mais celeridade, padronização e precisão às decisões judiciais. Entre suas funcionalidades, destacam-se: a geração automatizada de documentos; a padronização de modelos e textos jurídicos; e a integração com sistemas nacionais da Justiça do Trabalho.

Ferramenta **Zeus** impulsiona eficiência e resultados na gestão



O projeto está alinhado ao Planejamento Estratégico Participativo (PEP) do Tribunal e ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16 da ONU, que visa fortalecer a governança e a gestão estratégica.

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região implementou o projeto Zeus, um painel gerencial de informações que visa aprimorar a tomada de decisões e o alcance de metas.

O projeto integrará os painéis já existentes, oferecendo um panorama completo para gestores e servidores.

O objetivo é fornecer dados concisos e relevantes, facilitando a identificação de tendências, o monitoramento de desempenho e a comunicação eficiente dos resultados.

O Zeus representa um passo importante para melhorar a eficiência da prestação jurisdicional e o cumprimento das metas condicionais, demonstrando o compromisso do TRT14 com a transparência e a melhoria contínua.

Ferramenta inédita do TRT14 monitora produtividade do 2º Grau na Justiça do Trabalho

Confira a matéria completa pelo QR code



O TRT14 inovou ao desenvolver e implementar uma ferramenta de tecnologia da informação **inédita**, dedicada ao monitoramento da produtividade do 2º Grau. O novo sistema permite o acompanhamento detalhado e em tempo real de indicadores de desempenho, prazos e resolutividade, fornecendo dados vitais para a gestão estratégica.

A criação da ferramenta é um avanço na cultura da inovação e consolida a governança baseada em dados, otimizando a tomada de decisão e garantindo a transparência do processo decisório judicial.

TRT14 é destaque nacional e está entre as **10 melhores** redes sociais da Justiça do Trabalho

Confira a matéria completa pelo QR code



O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região alcançou destaque nacional ao ser classificado entre **os 10 melhores** Tribunais do Trabalho na gestão de redes sociais. Esse reconhecimento valida a estratégia institucional de aprimorar a comunicação externa, utilizando plataformas digitais para aumentar a transparência e o acesso à informação. O êxito é atribuído ao trabalho da equipe da Secom, demonstrando que a alta capacidade técnica dos servidores está diretamente ligada ao sucesso das estratégias de governança e comunicação.

Protocolo de **segurança** **cibernética**

TRT14 implementa Protocolo de Segurança Cibernética para proteger dados e sistemas

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14) publicou a Portaria GP nº 0917/2025, aprovando os Protocolos de Segurança Cibernética da instituição.

A medida visa fortalecer a proteção de dados e sistemas, em consonância com a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ) e outras normativas relevantes. O objetivo principal é prevenir incidentes cibernéticos e garantir a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações. O protocolo estabelece princípios críticos, como a gestão de riscos, a resposta a incidentes e a conscientização sobre segurança.

Destaca-se a importância da análise constante de ameaças, a implementação de medidas preventivas e a definição de planos de ação para lidar com incidentes, além da conscientização dos(as) usuários(as).

O documento também reforça a necessidade de atualização contínua e alinhamento com as melhores práticas de segurança da informação.

A iniciativa demonstra o compromisso do TRT14 com a segurança digital, essencial para a continuidade dos serviços judiciais e a proteção das informações sob sua responsabilidade. A disponibilização do protocolo no portal eletrônico do Tribunal garante o acesso e a transparência das medidas de segurança adotadas, reforçando a confiança na instituição.

Confira a
regulamentação
completa pelo QR
code



Inteligência Artificial - IA

Confira a matéria completa pelo QR code



Inteligência artificial nas Varas do Trabalho



O termo de cooperação também foi assinado pelas presidentes dos TRTs da 17ª e da 8ª Regiões, desembargadoras Alzenir Loeffler e Sulamir Palmeira Monassa de Almeida, respectivamente.

Acordo de Cooperação Técnica entre os Tribunais Regionais do Trabalho da 17ª, 14ª e 8ª Regiões visa o compartilhamento da ferramenta “Vara do Trabalho Integrada à IA”.

Representando o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC), o presidente de metas e governança e ordenador de despesas, desembargador Ilson Alves Pequeno Junior, e o vice-presidente e corregedor, desembargador Carlos Augusto Gomes Lôbo, participaram da solenidade e assinaram o acordo, que tem vigência de cinco anos e pode ser prorrogado.

A tecnologia utiliza inteligência artificial (IA) para automatizar etapas processuais nas Varas do Trabalho, com validação dos(as) servidores(as), promovendo avanços significativos na gestão de processos e na produtividade dos tribunais.

TRT14 aprova Plano Anual de Capacitação em TIC para 2025

O Tribunal publicou a Portaria GP nº 0407/2025, que aprova o Plano Anual de Capacitações de TIC para o exercício de 2025. A iniciativa, alinhada à estratégia do Poder Judiciário, visa fortalecer a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação e a proteção de dados.

A portaria estabelece diretrizes para a gestão do Plano, que será gerenciada pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Confira a regulamentação completa pelo QR code



Inovação

Encontro de Inovação do Poder Judiciário em Rondônia



Confira a matéria completa pelo QR code



O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14) reforçou seu comprometimento com a vanguarda tecnológica e administrativa ao participar ativamente do I Encontro de Inovação do Poder Judiciário de Rondônia, realizado pela Escola da Magistratura de Rondônia (Emeron) em março de 2025. O evento configurou-se como um fórum estratégico com foco na modernização do setor público, contando com palestras, mesas-redondas e uma Mostra de Inovação que apresentou experiências imersivas com novas tecnologias. A pauta do encontro cobriu temas cruciais para a administração judicial moderna, como o impacto da inovação, liderança em contextos complexos e comunicação pública.



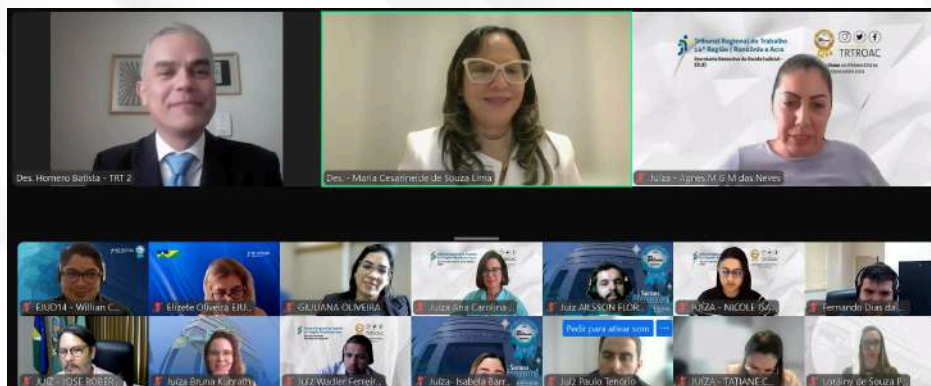
A presença da alta administração do TRT14 demonstra que a inovação é tratada como uma diretriz estratégica e não apenas como uma iniciativa pontual. A participação do Tribunal em eventos que promovem a disseminação de práticas de ponta e o lançamento de publicações especializadas, como o livro "Transformação Judicial" e a apresentação de Laboratórios de Inovação, visa absorver novas metodologias para modernizar os processos judiciais e administrativos, um fator crítico para a melhoria da prestação de serviços à sociedade.

Em novembro, foi realizado pelo TJ-RO o 2º Encontro de Inovação, que também contou com a participação de servidores de áreas estratégicas deste Regional.

Justiça 4.0

Magistrados do TRT14 se reúnem para discutir Justiça do Trabalho no século XXI

Confira a matéria completa pelo QR code



Magistrados do TRT14 se reuniram para debater o futuro da Justiça do Trabalho no século XXI. Esta reunião interna demonstra um engajamento ativo na reflexão sobre os novos desafios da atuação jurisdicional, incluindo a integração de novas tecnologias e a adaptação a um cenário laboral em constante evolução.

O debate sobre o futuro da Justiça do Trabalho é fundamental para fomentar a cultura da inovação, incentivando a exploração criativa de soluções para problemas complexos.

Ao envolver os(as) magistrados(as) nesse processo de reflexão estratégica, o Tribunal investe na potencialização da força de trabalho, garantindo que os profissionais estejam preparados e engajados na construção de um Judiciário mais moderno e responsivo.

TRT14 lança novo canal de atendimento no WhatsApp



O TRT14 lançou o canal de atendimento digital “TRT14 na Palma da Mão” utilizando o aplicativo WhatsApp. A ferramenta foi escolhida por sua linguagem simples e tecnologia acessível, visando desburocratizar e facilitar o acesso do cidadão comum à Justiça do Trabalho.

Confira a matéria completa pelo QR code



A adoção de uma plataforma de comunicação amplamente utilizada é um movimento de fomento à inovação, voltado para a aplicação estratégica da tecnologia para resolver problemas de acessibilidade.

Inovação e Sustentabilidade

Confira a matéria completa pelo QR code



O Encontro de Gestores realizado no segundo semestre de 2025 foi focado em temas de alta governança. A escolha do foco em "inovação e sustentabilidade" indica a direção estratégica do Tribunal, que busca integrar práticas modernas e responsáveis em sua administração.

Ao capacitar as lideranças para implementar novas tecnologias e práticas gerenciais sustentáveis, o Tribunal assegura que a cultura da inovação seja difundida e aplicada em toda a estrutura administrativa para otimizar a prestação de serviços.

CNJ confirma o grau de excelência do TRT14 no índice de maturidade em TIC

Confira a matéria completa pelo QR code



O reconhecimento oficial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre a excelência do TRT14 no Índice de Maturidade em Tecnologia da Informação e Comunicação (iGovTIC-JUD) valida o investimento estratégico e a cultura de inovação do Tribunal. Esse índice atesta que a governança tecnológica é robusta e está alinhada às melhores práticas.



A maturidade em TIC é a base infraestrutural que permite a modernização da governança, pois sustenta a virtualização dos processos, a segurança de dados e a eficiência operacional em larga escala.

Expojud 2025

Realizada de 14 a 16 de outubro, em Brasília, a Expojud reuniu especialistas, magistrados, gestores públicos e empresas de tecnologia para debater soluções inovadoras aplicadas ao setor judiciário. O evento se consolidou como referência internacional em tendências que fortalecem a digitalização, a eficiência e o acesso à Justiça em todo o país.



O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região teve participação marcante e reforçou seu compromisso com a inovação ao participar da Expojud 2025, maior congresso internacional de Tecnologia, Inovação e Direito voltado ao Ecossistema de Justiça e órgãos de controle.

Representantes da Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre contribuíram com discussões essenciais sobre temas relevantes envolvendo o uso da Inteligência Artificial (IA).

Confira a matéria completa pelo QR code



Integração e Inovação

A Secretaria de Tecnologia da O evento teve como objetivo Informação e Comunicação (Setic) integrar as equipes e desenvolver do TRT14 promoveu a 3ª Semana de estratégias concretas para Integração, com um foco temático incorporar a IA tanto nos processos direcionado à inovação e, de governança administrativa especificamente, à aplicação da quanto na cultura organizacional do inteligência artificial (IA). Tribunal.

Confira a matéria completa pelo QR code



A iniciativa sinaliza que o TRT14 está em uma fase avançada de transformação digital, buscando mover-se da simples digitalização para a utilização de ferramentas inteligentes para otimizar a tomada de decisão. A capacitação em IA é considerada fundamental para a modernização da gestão judiciária, visando ganhos de eficiência e transparência na prestação de serviços.

Homenagens



Reconhecimento

Medalha comemorativa de 20 anos do CSJT



O presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC), desembargador Ilson Alves Pequeno Junior, foi um dos agraciados com a Medalha Comemorativa dos 20 anos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

Confira a matéria completa pelo QR code



A cerimônia homenageou ministros, ministros, ex-presidentes, conselheiros e presidentes dos TRTs no Salão Nobre do TST

A medalha reforça o reconhecimento individual à contribuição dos homenageados para a consolidação e o aprimoramento da Justiça do Trabalho brasileira.

Corregedoria Regional é reconhecida nacionalmente



Tribunal conquista 2.º lugar entre regionais de pequeno porte durante o 4.º Fórum Nacional das Corregedorias da Justiça do Trabalho, realizado em Brasília.

Confira a matéria completa pelo QR code



A premiação foi anunciada durante o 4.º Fórum Nacional das Corregedorias Regionais da Justiça do Trabalho, realizado nos dias 6 e 7 de agosto de 2025, em Brasília. A premiação integra o programa "TRT em Destaque".

TRT14 e VT de Ouro Preto do Oeste são premiados



Além disso, a Vara do Trabalho de Ouro Preto do Oeste (RO) foi premiada como destaque nacional na faixa de até 500 processos, na 14ª Semana Nacional da Execução Trabalhista, realizada ainda em setembro de 2024.

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC) recebeu dois reconhecimentos nacionais por seu desempenho na execução trabalhista.

As premiações foram entregues pela Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista (CNEET), do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), durante o 3º Seminário “Caminhos para a Efetividade da Execução Trabalhista”, realizado em Brasília (DF).

Confira a matéria completa pelo QR code



Comenda Madeira-Mamoré



O desembargador Ilson Alves Pequeno Junior foi agraciado com a Distinção Honorífica Comenda Madeira-Mamoré.

A honraria foi concedida pela Prefeitura de Porto Velho em uma cerimônia que marcou as celebrações dos 110 anos da capital rondoniense.

Confira a matéria completa pelo QR code



Medalha do Mérito Eleitoral



O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC) recebeu a outorga da Medalha do Mérito Eleitoral.

A Medalha é uma honraria concedida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) para reconhecer instituições públicas que se destacaram pela relevante atuação em prol da Justiça Eleitoral e da democracia no Estado de Rondônia.



REALIZAÇÃO:



Tribunal Regional do Trabalho
14ª Região | Rondônia e Acre

